



M MASSAS

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · N.º 26 · 2ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1992 · Cr\$ 200,00

Defender a independência de classe, organizando o movimento de massa contra o desemprego e a carestia

A situação está marcada, por um lado, pela ofensiva capitalista contra a vida das massas. E, de outro, pela articulação de um pacto social entre a burocracia sindical (da CUT, CGT, FS) e estes mesmos capitalistas. Os patrões chegaram ao ponto de fechar fábricas e transferir as máquinas, sem que os operários soubessem, como no caso da Perdigão e Calfat. Ou então reduzir as horas de trabalho, reduzindo igualmente os já miseráveis salários, como ocorreu na Fran de Diadema.

O governo Collor aplica medidas recessivas para atender os interesses do imperialismo (capital estrangeiro, FMI). E os capitalistas nacionais, para se protegerem contra a queda de seus negócios, descarregam a quebra econômica sobre os assalariados, suprimindo empregos e reduzindo salários. Nesse momento, o governo acaba de enviar ao Congresso um projeto de nova carga tributária sobre os assalariados, a pretexto dos aposentados.

Totalitariamente, governo e capitalistas atacam as condições elementares de existência das massas, revelando cruamente sua ditadura de classe exploradora contra a maioria trabalhadora. Se as fábricas são dos capitalistas, logo têm o direito de cortar empregos e matar de fome os desempregados. Isto é a ditadura da classe capitalista, que nenhuma demagogia democrática pode encobrir.

Nestes momentos de grande crise social é que mais aparecem os interesses opostos dos exploradores e dos explorados. Os capitalistas necessitam destruir empregos e diminuir os salários, enquanto que os operários necessitam defender sua fonte de existência (o trabalho) e o valor dos salários.

Esta polarização de interesses materiais (econômicos) expõe um outro ponto: aos capitalistas trata-se de proteger seu capital, aos operários a vida

de sua família. É esta contradição que leva a explosiva luta de classes. Através dela os trabalhadores se organizam independentemente. Sem desenvolver a luta de classes independente, vence a proteção do capital e a maioria trabalhadora é sacrificada, a ponto de uma parte ser destruída fisicamente.

A posição da CUT de se integrar num movimento com os capitalistas da Fiesp, PNBE, etc, com governos burgueses como Fleury e seus comparsas, da maneira como sempre defendeu Antônio Medeiros (Força Sindical), Pegado (CGT), etc é um golpe na independência de classe, ou seja, uma ação de conciliação a favor da proteção do capital. Faz parte desse movimento pró-burguês a posição do PT de chamar a formação de um governo de coalizão com o PSDB, para as eleições municipais, e a demagogia eleitoral.

É nosso dever denunciar a colaboração traidora da burocracia sindical e dos representantes do PT. E defender a unidade das massas na luta contra o desemprego e a carestia. Este é o sentido da T.POR estar trabalhando por um movimento independente contra os interesses do capital e a favor da vida das massas.

Fora com a conciliação de classe. Fora com a colaboração com os capitalistas da Fiesp, PNBE, etc. Fora com o eleitoralismo burguês!. Por um movimento nacional contra o desemprego e a carestia. Ao invés de fazer atos conjuntos com os escravizadores do povo, ocupemos as fábricas para defender o emprego e os salários; saiamos às ruas exigindo o fim da miséria, chamemos as assembléias sindicais e populares para organizar a luta; construamos os comitês de empregados e desempregados contra as demissões e pela existência de milhões de desempregados.

Este é o princípio da luta independente, que deve se voltar contra o governo e o conjunto dos capitalistas.

Veja também neste número:
A dissolução da URSS e a formação da CEI

Atualidade do Manifesto Comunista

3a.parte

Teoria Marxista do Estado

O Manifesto Comunista assenta as bases da caracterização do Estado como expressão das sociedades divididas em classe. Resumindo a evolução histórica da conquista do poder pela burguesia, descreve assim: "Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na Comuna; aqui, República urbana independente, ali, Terceiro Estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa".

A burguesia para completar seu desenvolvimento como classe dirigente da economia teve de transformar o Estado feudal em Estado representativo moderno, ou seja, Estado burguês. Num determinado momento foi classe oprimida, depois partilhou do poder com a nobreza e, finalmente, conquistou "a soberania política exclusiva". Isto ocorreu no momento em que o modo de produção capitalista triunfou completamente com a grande indústria e o mercado mundial. O Estado burguês só foi possível com o amplo domínio dos capitalistas sobre as relações de produção. A conclusão de Marx e Engels de que "o Estado moderno não é senão um Comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" expõe precisamente o conteúdo de classe do poder de Estado.

Posteriormente, Marx e Engels desenvolverão esta conceituação, tendo por base os choques revolucionários do período de 1848/51 e, principalmente, em 1871 com a Comuna de Paris, em que o proletariado toma pela primeira vez o poder. Precisou a caracterização de "um Comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa", como uma ditadura da classe capitalista sobre a maioria explorada. Lênin, no "Estado e a Revolução", explica assim a par-

tir de Marx e Engels: "O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados".

Por ser um órgão de dominação de classe, o Estado é um poder dos capitalistas que se sobrepõe à sociedade, dela se separando cada vez mais. O que quer dizer que cada vez mais o Estado foi se tornando um poder despótico para manter a violenta exploração do trabalho e conter o desenvolvimento da luta de classes. Nesse sentido, "o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital", como diz Engels. E exercício da ditadura capitalista através do Estado é assegurado pela constituição de uma força especial de repressão, que é o exército permanente e todo aparato coercitivo, completamente separado das massas e voltado contra elas.

Pelo fato do Manifesto já conter o germe desta teoria do Estado burguês, que apregoa a sua destruição por intermédio da revolução violenta, encabeçada pelo proletariado, que terá de se constituir como classe dominante no poder do Estado ("numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia"). "O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado (...)" "Isto naturalmente só poderá realizar-se, a princípio, por violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesa(...)".

O Manifesto comprova objetivamente que não haverá nenhuma transformação que acabe com o sistema de exploração de trabalho e de miséria das massas sem que o proletariado destrua o aparato estatal, que materializa a ditadura da classe burguesa. E isto só se fará através da luta de classes, que se transforma em revolução social. Está aí a razão porque os reformistas e oportunistas ora deformam o marxismo para negá-lo, ora o combatem abertamente. Os agentes da burguesia procuram fazer do Estado um órgão neutro, que paira por cima das classes. Rechaçam a

revolução e advogam a democratização do Estado, como fazem os social-democratas do PT.

A teoria marxista do Estado é inseparável da estratégia da ditadura proletária. A organização do proletariado como classe dominante no Estado é a mais alta expressão histórica da destruição da ditadura capitalista de exploração de trabalho, que só poderá ocorrer com o estabelecimento transitório da ditadura proletária. Lênin expõe assim: "A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas armadas" (O Estado e Revolução). A negação da ditadura proletária é a negação da dominação política do proletariado sobre o Estado e a afirmação da ditadura capitalista.

Nisto reside a essência programática do marxismo, estabelecida já no Manifesto Comunista, sem a qual se cairá no reformismo oportunista e na contra-revolução. Lenin ao explicar amplamente a teoria marxista do Estado concentra todo pensamento programático nesta colocação: "A essência de toda doutrina de Marx e Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa idéia de revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskystas (refere-se ao traidor Karl Kautsky). A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definhamento".

Estas últimas palavras sobre a abolição do Estado proletário demonstram que, na teoria marxista do Estado, este somente existirá enquanto perdurarem as classes. Com o triunfo do comunismo (sociedade altamente evoluída sem classes), não haverá necessidade histórica do Estado e da ditadura proletária. O Estado irá se definhando conforme avancem as forças produtivas coletivizadas e se vá cessando a luta de classes.

A estrutura do partido revolucionário (parte 1)

A organização celular

Para a teoria marxista do partido, a sua estrutura organizacional deve corresponder ao objetivo estratégico da destruição do poder burguês e à tática que possibilita o proletariado cumprir tal objetivo histórico. O partido revolucionário é construído no interior das massas, para alcançar o papel dirigente da luta. É nesse sentido que Lênin concebe o partido como o destacamento mais consciente do proletariado; a vanguarda portadora da estratégia socialista, que se constitui no estado maior do combate anticapitalista da maioria explorada.

Os opositores da organização leninista do partido tudo fazem para desvirtuar o conceito do partido como destacamento de vanguarda, atribuindo-lhe um caráter de seita, desvinculado das massas. Frequentemente levantam a noção de partido de massa para se contrapor ao partido de quadros. Não apenas desconhecem que a relação do partido com as massas se dá na organização dos mais firmes lutadores, que se sobressaem na direção das lutas, e que há uma inevitável interdependência entre eles.

A construção do partido é a construção histórica do programa da revolução proletária no bojo do movimento revolucionário das massas. Durante todo um período, o partido será minoritário. Porém, através da atuação vigorosa não só educará a vanguarda (os trabalhadores mais conscientes), como transformará a consciência política da multidão assalariada, que por sua vez permitirá maior evolução do

próprio partido.

É compreendendo este fenômeno social e político que o leninismo tem que o destacamento de militantes profissionais (aqueles que dedicam suas vidas para preparar a revolução) se transformará em dirigente de massa. Lênin dirá: "que devemos ter presente que um partido revolucionário só merece este nome quando dirige de fato o movimento da classe revolucionária" (Aventureirismo Revolucionário, 1902).

O partido leninista russo (bolchevique) comprovou ter cumprido a visão marxista de Lênin: "Não devemos esquecer que todo o movimento popular se reveste de formas infinitamente diversas, elaborando constantemente novas formas, rejeitando as antigas e criando variantes ou novas combinações das velhas e das novas. E o nosso dever consiste em participar ativamente neste processo de elaboração de métodos e meios de luta" (Aventureirismo Revolucionário).

Será atuando nas lutas e extraído delas os elementos do programa que a vanguarda militante se tornará dirigente do processo revolucionário. Com a construção do partido bolchevique e a vitoriosa revolução de Outubro, os problemas organizativos sofreram grande evolução, como demonstram as resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919 a 1922).

Nas "Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos partidos comunistas", se afirma que "a organização do Partido deve se adaptar às condições e aos objetivos de sua atividade. E que "não pode haver uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas". Mas ressalta que "as diferenciações têm um certo limite".

Um dos aspectos organizativos fundamentais dos partidos marxistas, extraído do trabalho prático de construção partidária, é o da estrutura celular. As correntes oportunistas e eleitoreiras de esquerda negam ou tendem a negar a organização celular do partido, substituindo-a por núcleos amplos, disformes e de filiados sem compromisso programático, ou então por diretórios. Esta forma de organização é adotada de acordo com a estratégia democratizante e de adaptação legal eleitoreira às relações do Estado capitalista.

(No próximo número daremos continuidade à análise da estrutura celular do partido).

PUBLICAÇÕES

Está à venda o folheto de análise programática do I Congresso do PT, onde a T-POR expõe criticamente a linha social-democrata, abertamente assumida pelo PT e a posição inconsequente das correntes de esquerda.

MATERIAIS À VENDA:

- Resolução da I Conferência do T-POR;
- Resolução política do I Congresso da T-POR;
- Resoluções político-programáticas do II Congresso da T-POR;
- Contra o eleitoralismo reformista - por uma linha revolucionária;
- Reformismo do PT e a falência das esquerdas;
- PT formaliza posição social-democrata;
- 74 anos da Revolução Russa;
- Corrente proletária da educação;
- Teses para a corrente revolucionária da juventude.

OBRAS DE G. LORA:

- Teses de Pulacayo;
- Las massas han superado al nacionalismo;
- Vencer al atraso y al hambre;
- Derrumbre de la burocracia stalinista;
- Trotsky e nosotros;
- Para que sirve la Constitución? e outros.

CAIXA POSTAL n.º 01171 - CEP 01057
SAO PAULO - SP

O governo fecha o acordo com o FMI. É preciso levantar as massas contra a opressão nacional

No início do mês de dezembro, Collor entregou ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, a décima carta de intenções do Brasil. O ato foi mera formalidade, porque a carta já havia sido escrita de comum acordo entre membros do governo brasileiro (ministro Marcílio Marques Moreira) e o próprio diretor do FMI poucos dias antes, quando de sua passagem pelo Brasil. Dessa forma, o compromisso acertado com o Fundo Monetário não passou de um simples acordo do governo às imposições do imperialismo. E quais são essas imposições?

Primeiro, que a recessão deve continuar. Na carta, o governo se compromete a manter a atual política econômica de juros altos e redução dos investimentos estatais, para continuar a estagnação econômica. O governo se compromete a manter o país com crescimento zero. O que quer dizer mais recessão e desemprego.

Segundo, um aumento brutal nos impostos, dividido em duas partes: a primeira com um aumento imediato nos impostos, recentemente aprovado no Congresso Nacional, juntamente com a elevação das tarifas públicas em 15% acima da inflação. A segunda parte viria com mais impostos e maior centralização dos mesmos nas mãos do governo federal, que está embutido no Emendão. Como se vê, o governo vai obrigar a massa assalariada a bancar com mais sacrifícios às suas já péssimas condições de vida. E com que objetivo? Encher os cofres do governo para que este possa pagar os juros da dívida externa. Faz-se uma sangria no país para satisfazer os credores externos.

Fixou-se o objetivo de obter um saldo nas contas do governo no valor de 2,5% do PIB no ano que vem. Esse resultado será obtido com o aumento dos impostos, o corte de investimentos governamentais e a venda de estatais. Com esse saldo, que será usado para pagar credores externos, o governo "promete" uma inflação de 2% ao final do ano, que será alcançada depois que a inflação de mais de 300% corroeu os salários por mais de um ano.

O governo também promete manter a política de preços livres, sem controle rígido, e abrir o mercado interno. Quer dizer que os patrões poderão jogar os preços lá para cima, enquanto os salários permanecerão lá embaixo. E que os produtos importados serão cada vez mais beneficiados com menos impostos, enquanto dentro do país haverá aumento de impostos e tarifas. Isso levará a maior recessão, com fechamento de várias empresas nacionais que não poderão concorrer com as multinacionais que o governo favorece, e demitirão seus empregados gerando mais desemprego.

Os salários do funcionalismo público só serão reajustados de acordo com as possibilidades de caixa do governo, o que quer dizer que ficarão congelados ou aumentarão muito menos que a inflação.

Com esse acordo de destruição da economia e das forças produtivas nacionais, o governo espera conseguir um empréstimo de 2 bilhões de dólares do FMI. Esse dinheiro nem chegará ao país, pois será utilizado para pagar compromissos atrasados do Brasil com bancos estrangeiros (dívida)

O governo se submete ao imperialismo para entregar o país. E o que dizem os partidos burgueses, como PMDB, PSDB, PDT, etc? Que aprovarão o plano no Congresso. E o PT, favorável às "desestatizações pela via democrática", foi incapaz de se opor ao plano. Disso, o próprio diretor do FMI quis ter certeza: por isso veio ao Brasil para discutir pessoalmente e sondar como os partidos do congresso reagirão ao acordo firmado. Foi embora com a certeza de que a burguesia nacional acatará todas as suas imposições.

Está mais que claro que de nenhum setor burguês virá um enfrentamento contra o imperialismo. A luta antiimperialista só poderá ser organizada e dirigida pelo proletariado, que levará o conjunto da nação oprimida a pôr-se em pé e expulsar o imperialismo.

As direções reformistas (burocracia sindical) têm-se revelado uma trava no desenvolvimento da ação das massas. Agora pretendem bloqueá-la ainda mais, com as iniciativas no sentido do entendimento nacional. Nesse sentido, colaboram para manter a opressão nacional e de classe.

A situação de crise do regime político abre caminho para o avanço do proletariado. Cabe levantar a bandeira de POR ABAIXO O GOVERNO PRO-IMPERIALISTA DE COLLOR, que, apoiada nas reivindicações imediatas das massas e na luta antiimperialista dê ao movimento uma perspectiva independente e de classe. Construir comitês de luta em todo o país sobre a base dessas bandeiras, no rumo da Greve Geral por tempo indeterminado é a tarefa colocada.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL N.º 01171 - CEP 01057
SÃO PAULO - SP**

Reunião de Cartagena: Collor com o imperialismo, no Haiti e em Cuba. Abaixo a intervenção imperialista !

Os chefes de Estados de 13 países latino-americanos se reuniram em dezembro em Cartagena, na Colômbia, para debaterem uma série de questões comuns, entre as quais, destacam-se a questão da reinclusão de Cuba na OEA, a situação no Haiti, o combate ao narcotráfico e a situação econômica, inclusive com a possibilidade de criação de um mercado comum nas Américas.

O presidente argentino Carlos Menen defendeu a posição norte-americana contra Cuba: que os países latinos deveriam engrossar o bloqueio econômico à Cuba, para pressionar Fidel Castro a convocar eleições, abrir o mercado, introduzir a economia de mercado, enfim, restaurar o capitalismo. Colômbia, Venezuela e México são favoráveis à reintegração de Cuba na OEA sem condições. Collor se posicionou aparentemente contrário à posição de Menen, pois defendeu que a volta de Cuba à comunidade latino-americana depende da atitude de Fidel Castro no sentido de "redemocratização".

Em relação ao Haiti, onde os EUA defendem a volta do padre Aristide ao poder, houve uma unanimidade de que se deveria manter e aprofundar o bloqueio marítimo ao país, favorecendo a política intervencionista do imperialismo, reforçada com a guerra do Golfo e ocupação do Panamá.

Em relação ao narcotráfico, a Colômbia sugeriu a inclusão dos demais integrantes do grupo no acordo que assinou em setembro com o Brasil para tornar automática a troca de informações entre a política e a Justiça dos dois países. Apesar da crítica de Collor à proposta americana de utilizarem as Forças Armadas no combate ao narcotráfico, a reunião aprovou uma resolução no sentido de "adotar medidas eficazes para prevenir e combater o consumo, a produção e o tráfico ilegal de narcótico e substâncias psicotrópicas, a lavagem do dinheiro e a venda de armas".

Atenderam plenamente à exigência americana, apenas implorando por um "desenvolvimento econômico e social alternativos", que permita aos camponeses obter recursos de outros cultivos rentáveis. Em outras palavras, que sem o cultivo da coca milhões de camponeses vão passar fome, e que a recessão imposta pelo próprio imperialismo impede que os agricultores encontrem outro produto ou outra ocupação. O problema do tráfico é fruto do próprio capitalismo e é utilizado para facilitar a intervenção direta dos EUA nas semicolônias.

No campo econômico, os presidentes acordaram em implantar progressivamente a abertura e integração econômica do continente, de modo a que até o ano 2000 o hemisfério americano será de livre comércio. Essas medidas atendem aos interesses americanos no sentido de que criarão um enorme mercado para a indústria dos EUA, que hoje se encontra mergulhada na recessão (crise de superprodução). O custo disso será pago pelas nações latinas, que terão mais ainda suas economias nacionais destruídas.

Contra todas essas medidas do grupo de Cartagena, os trabalhadores devem se levantar por

Nenhuma intervenção imperialista em Cuba ou no Haiti! Fim do bloqueio comercial! Em defesa da Revolução Cubana!

Em defesa dos camponeses plantadores de coca! Fora com a ingerência imperialista na Bolívia e na Colômbia! Que os ianques resolvam seu problema com as drogas, inventadas por eles! O maior mercado consumidor está nos EUA, pois que acabem com ele!

Pela expulsão do imperialismo, fim da opressão nacional sobre os países atrasados!

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Aumenta o Plano de Privatizações Defender o estatismo com a ocupação de fábrica e lutar pelo controle operário

A lista das estatais a caminho da privatização está crescendo. As novidades são a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), Aços Minas Gerais (Açominas) e a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Enquanto isso, as outras estatais continuam sendo leiloadas. A Serviço de Navegação da Bacia do Prata irá a leilão dia 14. Dia 21 será a Indag, indústria de fertilizantes. Aços Finos Piratini, Goiás Fértil e a Petroflex irão a leilão em fevereiro, dias 12, 18 e 25.

Eduardo Modiano, presidente do BNDES, confessa os objetivos da privatização; "Grande parte do ajuste fiscal que o país propõe ao FMI poderá vir da agilização do programa de privatização" (Folha de São Paulo 4/12/91). Como vemos, a entrega das estatais serve para pagar juros da dívida externa. Não é à toa que a proposta de aumentar a lista de empresas a privatizar surja logo após a visita do diretor do FMI ao Brasil: é uma imposição do imperialismo.

Até agora, os poucos atos contra a privatização foram exclusivamente de cúpula (contaram apenas com as direções sindicais) e de caráter demagógico (não se opõem por princípio à privatização, nem mobilizam os trabalhadores para resistirem). Isto porque a direção da maioria dos sindicatos e da CUT está nas mãos do reformismo, que não tem uma posição de princípios contra as privatizações, ao contrário, são favoráveis à desestatização desde que realizada democraticamente, pela via das negociações parlamentares. Enquanto o proletariado não estiver organizado politicamente independente para lutar contra as desestatizações, a entrega nacional prosseguirá, e o imperialismo continuará a abocanhar os setores-chaves da economia, aumentando a opressão nacional.

A crise de direção impede que o movimento operário se expresse frente à entrega nacional. Isso mostra o quanto vai se tornando cada vez mais necessária a construção do partido revolucionário, para que a classe operária possa intervir consciente e organizadamente, através das ocupações com controle operário e da greve geral, que devem ser preparados pela agitação, propaganda e organização.

Entretanto, com o avanço das privatizações, que gerarão demissões, mais recessão e miséria, os trabalhadores se levantarão contra a entrega nacional e construirão uma frente revolucionária antiimperialista, sob a direção proletária, que agrupará a maioria nacional contra a opressão nacional. Nesse processo se construirá o partido revolucionário, elemento indispensável da conquista da independência de classe.

Cabe defender desde já a organização da luta contra as desestatizações: em defesa do estatismo, ocupar as empresas estatais e impor o controle operário, construir comitês de luta em todo o país, preparar a greve geral por tempo indeterminado pelas reivindicações das massas e pela expulsão do imperialismo.

Abaixo o Entendimento Nacional

Com o avanço da crise de regime político e a crescente crise governamental, setores da burguesia e a burocracia sindical estão em ritmo acelerado de negociações com o objetivo de alcançar um pacto social, acordo nacional ou entendimento. Seus objetivos são os de pressionar o governo por algumas reivindicações, que abrandem o ritmo de aplicação do plano antinacional e antipopular do governo ditado pelo imperialismo (diminua a recessão).

Diversas iniciativas foram tomadas nesse sentido nas últimas semanas: No dia 10/12, entidades de empresários e de sociedade civil promoveram no Anhembi uma manifestação pública contra a recessão, o aumento dos impostos e o arrocho salarial. O ato foi coordenado pelo PNBE e teve o apoio do Jornal da Tarde, que chegou a fazer uma campanha com o slogan "Menos imposto e mais salário". Apoiaram e participaram do mesmo a Associação Comercial de SP, a CUT, Associação Brasileira de Supermercados, Associação Brasileira de Revendedores de Brinquedos e o Sindicato da Micro e Pequena Indústria.

No dia 5/12, empresários ligados à Fiesp e PNBE, os sindicalistas da CUT, CGT e Força Sindical realizaram uma rodada de discussões na USP, com o objetivo de elaborar propostas "de uma política econômica que diminua os efeitos da recessão".

No dia 29/12 reuniu-se em SP, sob patrocínio do governador Fleury, o Fórum Paulista de Desenvolvimento, que pressiona o governo a "formalizar o volta da indexação na economia, incluindo impostos, tarifas e títulos públicos, preços e salários". Propõe ainda uma "Agenda para a Negociação de um Entendimento Nacional". Afirma algumas medidas de controle fiscal, tudo para combater a recessão. O encontro reuniu empresários (Fiesp) e sindicalistas, Fleury e Erundina.

Antes disso, reuniu-se na PUC o chamado movimento "Opção Brasil", também com objetivos semelhantes, sob a iniciativa do PNBE, de ex-ministros como João Sayad e Luis Bresser Pereira, e com apoio da CUT e PT.

Todos esses movimentos pretendem pôr em marcha negociações visando o Entendimento Nacional. Julgam o mesmo imprescindível para garantir a estabilidade política, econômica e social do país, dado o aprofundamento da crise do governo Collor. Se no passado

Sarney e o próprio Collor fracassaram em suas tentativas de pacto, agora a burocracia sindical e setores burgueses pretendem estabelecê-lo, através do que chamam de "sociedade civil". Julgam que seria possível negociar com mais força junto ao governo. As perspectivas de tal negociação são muito pequenas, pois o governo já pôs em marcha a maior parte do plano recessivo: já iniciou as privatizações, manteve archoados os salários (sem indexação), aprovou a reforma tributária no Congresso, fechou o acordo com o FMI para pagar a dívida. E, para tanto, contou justamente com o apoio dos partidos que agora estão envolvidos nas negociações do entendimento.

O objetivo fundamental, portanto, do Entendimento não está nas medidas de caráter econômico, mas fundamentalmente nos seus fins políticos. O que se pretende é conter a desagregação do Estado Burguês, cujas bases são corroidas pela disputa interburguesa e pela luta de classes. O pacto serviria para alcançar uma relativa unidade da chamada sociedade civil, e com ela sustentar o governo e o regime político em crise. E, basicamente, para conter a luta de classes, comprometendo a burocracia sindical em bloquear as greves e conflitos sociais. É para isso que serve a reivindicação de indexação dos salários: a burocracia, encostada na parede pela onda de demissões que dificulta a luta grevista, quer obter uma migalha para apresentar às suas bases. Por isso, engole a "isca" apresentada nos fóruns do entendimento, e se dispõe a "mudar os métodos" de luta, negando a ação grevista, substituindo-a pela greve de fome isolada e demagógica, acampamentos ou "abraços". O entendimento nacional é uma arma para bloquear as lutas das massas e assegurar a efetivação da política antinacional e antipopular de Collor.

A Vigília Pelo Entendimento

O ponto alto de todo esse processo foi a vigília de São Bernardo, que reuniu a todos e teve amplo destaque nos jornais e na TV. Essa vigília pretendeu se constituir num movimento pacífico e de pressão da chamada "sociedade civil" sobre o governo, para que este não aprofunde a recessão. Enquanto o ato "Fora Collor" da CUT regional, que propunha a luta pela antecipação das eleições gerais, ficou sem

nenhuma cobertura da imprensa, a vigília de Fleury, Vicentinho, Mário Amato para sustentar Collor e pressioná-lo contra a recessão ganhou todo destaque, que demonstra o apoio de todo um setor burguês à iniciativa de retomada do pacto.

Collor entendeu o recado, reafirmado por Quêrcia na chantagem sobre a rolagem das dívidas dos estados em troca da aprovação da reforma tributária. E logo no início do ano instruiu o Ministro Passarinho a procurar Quêrcia para negociar o Entendimento Nacional.

Com o aprofundamento da crise, a tendência é que ganhe cada vez mais força a ideia do Entendimento Nacional, para sustentar Collor e o regime político. No movimento sindical, a vitória da proposta do Entendimento no Congresso da CUT dará ampla liberdade para Meneghelli e Vicentinho avançarem nesse sentido. As correntes de esquerda democratizantes, que tomaram emprestado do setor oligárquico da burguesia a bandeira do impeachment de Collor, tenderão a ser arrastadas pela Articulação para o Entendimento.

Os trabalhadores devem se organizar para se opor a essas manobras. Qualquer proposta de Entendimento implicará num compromisso com os exploradores para conter as lutas e conservar os salários archoados. O pacto social é a conciliação de classes que bloqueará a unidade grevista. É preciso denunciar radicalmente qualquer colaboração das direções sindicais com esse tipo de proposta. Ao contrário, do que pretendem Vicentinho e Meneghelli, o caminho para resistir aos efeitos da recessão é a luta direta contra o governo e sua política antinacional e antipopular.

A luta em defesa das condições de vida das massas deve passar necessariamente pela independência política (de classe), sem a qual não será possível enfrentar o governo. Defender a independência de classe hoje significa combater radicalmente qualquer proposta de entendimento com os patrões, seus partidos e organizações, atacar qualquer tentativa de bloqueio das lutas e defender a ação direta das massas pelas suas reivindicações imediatas, que se opõem na prática ao plano do governo. É na defesa do salário mínimo real, da escala móvel de salários e empregos, na luta contra as desestatizações e contra o imperialismo que está a defesa das forças produtivas nacionais.

Por abaixo o governo Collor !

A implementação das imposições do imperialismo no país pelo governo têm ampliado a disputa interburguesa. A cada passo de Collor quebram-se mais e mais indústrias, reduz-se o volume de aplicações financeiras, reduz-se a produção agropecuária, afundam-se os estados e municípios, etc.

Os acordos feitos com o FMI têm levado e levarão cada vez mais o governo a pôr em marcha as privatizações, a abertura do mercado, a recessão. Depois de iniciar a desestatização com a Usiminas, Celma e Mafersa, Collor ampliou a lista das estatais que serão entregues ao imperialismo: serão mais 21 empresas neste ano. Logo nos primeiros dias do ano, reduziu os impostos sobre produtos importados em 6,7%. Até outubro, todas as barreiras alfandegárias estarão quebradas e o mercado será inundado de produtos importados, que vão disputar o restrito mercado nacional com as empresas nacionais à beira da falência. Os salários permanecem ultra-arrochados, restringindo o mercado e mantendo a recessão. Em dezembro, quebrou-se o record de empresas falidas.

A falta de capacidade do governo em resolver a crise econômica por uma via não catastrófica e a crescente divisão interburguesa, que se debate para ver quem é que vai quebrar primeiro e quem vai sobreviver à recessão, tem corroído cada vez mais as bases de sustentação do governo. A cada dia Collor está mais afastado da burguesia industrial paulista (Fiesp) e se apoia quase que exclusivamente no imperialismo e em setores das oligarquias regionais.

Diante da desagregação governamental, setores da própria burguesia (PSDB) propuseram no Senado a antecipação da votação do sistema de governo (parlamentarismo). Visavam pressionar o governo para constituir uma espécie de "governo de coalizão", no qual participariam setores hoje marginalizados, ou, no mínimo, criar uma perspectiva para o governo que caminha para a bancarrota. A proposta foi derrotada em segundo escrutínio no Senado, mas todo um setor de esquerda se engajou na mesma

O PT defendia o "parlamentarismo já", que significava manter Collor, mas deslocar o centro do poder para o Congresso. Das correntes de esquerda germinou a proposta de "Fora Collor", que tinha o conteúdo de aplicar o "impeachment" a Collor e antecipar eleições gerais. Ambas as propostas tinham um ponto essencial em comum: modificar o governo através das próprias instituições do Estado.

Se é verdade que a crise de regime aprofundou-se tremendamente e que o governo Collor encontra-se desgastado, é ele ainda quem centraliza, apoiado no imperialismo e nas FFAA, os ataques às condições de vida das massas e à economia nacional. É ele quem está mantendo o arrocho, a recessão e o desemprego, efetuando as privatizações, abrindo a economia, aumentando impostos, etc.

Trata-se, portanto, de levantar um movimento nacional de massa, que, apoiado nas reivindicações fundamentais dos assalariados (salário, emprego) e contra o imperialismo (fim das desestatizações, não pagamento da dívida, etc), oponha-se ao governo antinacional e antipopular e se coloque pelo seu fim. Trata-se da luta para pôr abaixo o governo pró-imperialista de Collor através da ação direta das massas.

Muitos poderão argumentar que a situação revolucionária não está dada, o que é certo, pois as massas não estão organizadas e não têm seu partido revolucionário. Mas do ponto de vista objetivo é necessário apontar a necessidade de pôr fim ao governo burguês através da ação de massa, sobre a base da luta pelas reivindicações. Esta é a única perspectiva de defesa imediata das condições de vida dos trabalhadores, e aponta a necessidade histórica da implantação do governo operário e camponês.

A via do "Fora Collor", meramente institucional, só levará as massas à derrota, porque pela via institucional será preservando o regime político burguês que mantém a exploração de classe e a opressão nacional pelo imperialismo.

Nenhum imposto sobre os assalariados!

O Congresso aprovou o aumento geral dos impostos, proposto por Collor. Agora, as faixas de 15 e 20% se estendem, e os assalariados, principalmente a classe média vão pagar mais impostos. O acordo para aprovação do texto do governo foi fechado depois de amplas negociações, que vão afetar ainda mais os trabalhadores, e envolvem um acordo de rolagem das dívidas estaduais.

As dívidas dos Estados refletem e fazem parte da Dívida Externa do País. Ao longo dos anos, não somente o governo federal, mas também os estaduais foram contraindo empréstimos no exterior e se endividando cada vez mais pelos juros extorsivos. As dívidas dos estados também são elemento de opressão do imperialismo sobre a nação atrasada. Assim como o País, os estados, para pagarem as dívidas, terão de atacar as forças produtivas nacionais, através do aumento de impostos, redução de investimentos, demissões no funcionalismo, privatizações, cortes nos orçamentos de saúde, educação, etc. Quando o governo exigiu que os estados pagassem suas dívidas, estava servindo de instrumento do imperialismo no sentido de reforçar o pagamento dos juros da dívida e aprofundar a recessão, entregando ainda mais o controle do país ao capital estrangeiro.

O PMDB de Quêrcia, através de chantagem ao governo, conseguiu que fossem roladas as dívidas dos Estados (na maioria governados pelo PMDB), caso contrário não aprovaria a reforma tributária. Agora os Estados terão vinte anos para pagar as dívidas, com mais dez de carência. E a dívida será "bancada" com a utilização de recursos do Fundo de Garantia. Em outras palavras, vai se usar o dinheiro dos assalariados para bancar a dívida dos governos estaduais.

O governo, por sua vez, também chantageou o PMDB, exigindo que o partido de Quêrcia aprovasse a reforma tributária (aumento de impostos), que é uma imposição do imperialismo (havia sido um dos pontos do acordo com o FMI). Assim, o governo e o PMDB armaram um acordo de cúpula que, submetendo-se ao imperialismo, arranca impostos dos assalariados para pagar a dívida e resguarda os interesses eleitorais e regionais do PMDB, que se tivesse que pagar as dívidas estaduais teria que se voltar mais abertamente contra as massas. Os trabalhadores pagarão a conta com o aumento de impostos e a utilização do Fundo de Garantia para rolagem das dívidas estaduais.

Nas negociações, PT, PDS se opuseram à rolagem, porque 92 é ano de eleição e a rolagem favoreceria o PMDB. Sequer se importaram que para o pagamento das dívidas estaduais as massas seriam duramente sacrificadas. Ninguém se preocupou com o dinheiro de quem seriam pagas as dívidas, apenas com as perspectivas eleitorais. O PT fez uma proposta intermediária de acordo. Os partidos burgueses só se preocuparam com seus interesses eleitorais, submetendo-se ao imperialismo e aprovando o aumento dos impostos e utilizando-se do dinheiro do assalariado para poder gastar mais na campanha eleitoral de 92.

Cabe levantar as massas nacionalmente contra o aumento dos impostos, que serão utilizados para satisfazer os interesses do imperialismo (pagar a dívida), só através da mobilização poderemos enfrentar a ingerência externa (sangria nacional). Do parlamento burguês apodrecido só virão mais impostos e falcatruas.

CRESCER A ONDA DE DEMISSÕES NO PAÍS

Responder com uma campanha nacional de massa

Cresce o número de demissões no país.

A Gradiente da Amazônia demitiu em dezembro 1500 operários, totalizando 3000 demissões em 1991. No distrito industrial da zona franca de Manaus foram demitidos no ano passado mais de 50.000 operários.

A PAN AM demitiu 11.000 funcionários distribuídos em todo o mundo e a VASP ameaça cortar de 15% a 60% a sua folha de pagamento.

Em São Paulo, nos dez primeiros meses de 1991, de janeiro a outubro foram registrados 1.460.385 pedidos de seguro desemprego. Esse índice é superior 0,52% ao índice relativo ao total de registros feitos no ano de 1990, que foi de 1.452.896.

Segundo o DIEESE, o índice de desemprego no mês de outubro passado é de 16,8% superior ao do mês de outubro do ano de 1990. No mês de novembro, o nível de emprego industrial em São Paulo registrou uma queda de 1,13% em relação a outubro. Foi o resul-

tado mais negativo para novembro, desde 1983 (-0,54%).

Na segunda semana de novembro, só na área de refrigeração, o índice de desemprego chegou a 8,87%. No ano de 1990, contava com 66 mil trabalhadores e em 91 com 55 mil, ou seja, foi reduzido portanto 16,67%. Isso sem computar as 1500 demissões na Brastemp, que foram incorporadas ao índice de novembro.

No setor de artefatos e borracha, de janeiro a novembro do ano passado houve uma queda de 8,67% com relação ao ano de 90.

Nas indústrias de auto-peças, na segunda semana de novembro o índice de emprego caiu 2,6%. Em janeiro contava com 271,7 mil trabalhadores e em setembro com 259,5 mil, ou seja, houve uma queda de 4,49%. Sem contar as 1000 demissões na Cofap.

No setor metalúrgico, Campinas teve no ano passado 4039 demissões, sendo 748 só em outubro. Em São Paulo a categoria contava em janeiro

do ano passado com 327 mil trabalhadores e em setembro reduziu para 315 mil, isto é, 3,67%.

Nas indústrias de calçados em SP teve 480 demissões, enquanto em Franca 400 fábricas reduziram 20% do seu quadro de funcionários.

Dados da própria FIESP revelam que no ano de 91 as indústrias paulistas reduziram seus quadros em 7,55%, ou seja, houve 141.586 demissões. Está previsto, para o primeiro trimestre de 92, mais 60.000 demissões, 1% ao mês, correspondendo a quase 50% do índice total do ano de 1991.

Nessa nova onda de demissões estão incluídas inclusive categorias que mantêm estabilidade até fevereiro, como metalúrgicos, onde a Deca demitiu 150 dentre um total de 2800 trabalhadores; a Ultra demitiu 300, Perdígão 600, etc.

Esse quadro alarmante reconhecido pela própria burguesia nacional, mostra o grau de destruição das forças produtivas de uma economia, que já era débil antes das medidas pró-imperialistas do governo Collor.

Este quadro de ataque à fonte de trabalho demonstra que os capitalistas já não conseguem sequer manter minimamente seus escravos modernos (os assalariados). As demissões em massa agravam o desemprego estrutural, fonte de grande privações e miséria. Ao cessar a fonte de trabalho, os capitalistas destroem o único bem dos operários, que é sua força de trabalho, fonte de sustentação da vida. O flagelo do desemprego é imposto totalitariamente às massas pela política recessiva de Collor, decidida nos escritórios do FMI e do Planalto. Para proteger os interesses do capital, os dirigentes do Estado não vacilam em cortar a fonte de existência de milhões de trabalhadores.

Não é possível enfrentar esta decisão dos donos da economia sem uma profunda mobilização unitária e nacional das massas. A falta de organização do movimento operário é que tem permitido a ação mutiladora do patronato. A burocracia sindical de direita e reformista está unida para barrar com o levante nacional dos trabalhadores contra a política recessiva e de fome de Collor. Há que se denunciar e combater a colaboração dos burocratas sindicais, principais responsáveis pela desorganização do movimento operário. É necessário defender junto aos sindicatos que uma os empregados e os desempregados sob a base de uma plataforma de combate ao desemprego e a carestia (baixos salários), de tal forma que as massas possam evoluir para as ocupações de fábrica e impor o controle operário da produção.

O ato "Contra Collor" da CUT Regional

No último dia 13/12/91, a CUT Regional/SP, dirigida pelo bloco de esquerda (CUT pela Base, O Trabalho, Convergência Socialista) realizou na Praça Ramos um ato seguido de passeata, "Contra Collor". O conteúdo da maior parte das intervenções foi de defesa da palavra de ordem "Fora Collor" e pela antecipação de eleições gerais.

Já na plenária, principalmente, CS, CO e OT haviam colocado a necessidade de levantar o "Fora Collor". As divergências restringiram-se a quem devia ou não devia ser convidado, para que se desse ao ato um conteúdo "classista". A CO se opunha a convocar, por exemplo, o MR-8. Correntes petistas como a Vertente Socialista e o PCdo B eram favoráveis à convocação de todos aqueles que se opusessem a Collor, na linha do frentismo popular. Assim, não se discutia o caráter do ato, que para todos deveria ser o de pressão pelo impeachment com a convocação de eleições gerais, portanto, com conteúdo eleitoral, mas apenas quem seria convidado ou não.

A T-POR defendeu que nenhuma forma de governo burguês poderia resolver as tarefas colocadas pela situação: combater o arrocho e o desemprego, impedir as privatizações, expulsar o imperialismo, etc. e chamou a palavra de ordem de "Por abaixo o governo pró-imperialista de Collor" e em defesa do Salário Mínimo Real, escala móvel de salário e emprego, etc. Chamou ainda a participação em uma campanha de massa contra a carestia e o desemprego.

Durante o ato, o Sindicato dos Previdenciários distribuiu bandeirinhas com as palavras de ordem "Fora Collor - Eleições Gerais", assimilando com precisão o conteúdo eleitoral da proposta das esquerdas.

Apesar do ato e da passeata por todo o centro da cidade, que concluiu por implorar que a Articulação e os chamados partidos "progressistas" engrossassem o movimento, a manifestação ficou isolada (não houve nenhuma continuidade de campanha), nem mesmo conseguindo cobertura da imprensa.

A previsão é que o "Fora Collor" acabe guardado na gaveta e prevaleça a posição da Articulação (que é "Contra Collor") mais "viável" para o momento. Ambas têm uma base comum, que é a via institucional. A diferença está em que a Articulação defende a sustentação da governabilidade de Collor, ou seja, defesa da estabilidade do regime político, enquanto que as esquerdas defendem inconsequentemente o aprofundamento da crise do governo. São inconsequentes porque julgam que o fim do governo Collor poderia vir do interior do parlamento burguês, controlado pelo PMDB, PDS, PFL, etc. A isso leva a política imediatista que despreza as necessidades históricas da classe operária de tomar o poder pela via insurrecional.

QUE PARTIDO DE MASSA É ESSE?

No início da construção do PT, ocorreu uma discussão sobre a natureza do partido. Os atuais dirigentes da Articulação, Nova Esquerda e os burocratas sindicais reagiram de todas as formas contra a defesa dos revolucionários de construir um partido operário independente, cujo objetivo era destruir o regime capitalista de produção e implantar a propriedade coletiva (socialista). Um dos argumentos era que o PT não poderia ser um "partido de macacão". Essa era uma expressão para dizer que o partido operário seria estreito para as pretensões reformistas-eleitoreiras de um partido policlassista.

Ao mesmo tempo, desenvolveram a idéia do partido de massa criado de baixo para cima, bem ao gosto

demagógico dos clérigos de esquerda. A isso juntavam a "teoria" do socialismo que se contrói dia a dia, para rejeitar as experiências internacionais do marxismo.

Passados 13 anos, o I Congresso do PT comprovou que no lugar do "partido de macacão" se construiu o partido dos engratados, bem típico de burocratas incrustados no aparelho administrativo e nos sindicatos.

Numa pesquisa sobre a composição social dos delegados, a imprensa burguesa revelou algo que os petistas não desejavam. A maioria era de classe média, ganhando acima da renda média dos trabalhadores e uma parte possuidora de médias propriedades. A representação operária de base ligada às massas empobrecidas e aos grandes

centros fabris, bem como de camponeses pobres ligados à ocupação de terras, foi ultraminoritária.

O partido construído de "baixo para cima" acabou revelando sua verdadeira natureza superestrutural, desligado das amplas massas e vinculado ao aparelho do Estado. O "partido de massa" acabou se mostrando ser um partido de burocratas, que arrastam as massas para o eleitoralismo.

A vanguarda há que compreender o quanto tem enganado a "teoria" do partido amplo, democrático e de massa, oposto ao partido revolucionário leninista-marxista. Os fatos desfazem a farsa ideológica esquerdista, que encobre a verdadeira essência de partido pró-burguês do PT e de seu oportunismo arrivista.

Uma posição contra-revolucionária

A condenação da estratégia da ditadura do proletariado se constituiu na decisão central do I Congresso do PT. Esta resolução coloca definitivamente este partido no campo da contra-revolução, pois passa a defender abertamente a ditadura capitalista contra as massas. A democracia que dizem defender é parte do Estado burguês. Este, por sua vez, se sustenta sob a base da violência armada contra as massas, como demonstram os assassinatos no campo, a intervenção policial nas greves, as prisões políticas, como a dos camponeses do Rio Grande do Sul e a violência repressiva como tem sido tratado os sem-teto dos grandes centros urbanos (Vila Socialista, etc).

O I Congresso deixou claro que os reformistas e a burocracia sindical a eles vinculada acabam cedo ou tarde se submetendo às pressões do grande capital nacional e do imperialismo. Mais cedo do que se poderia esperar, o PT capitulou em toda linha perante os opressores do povo. Colocou-se do lado dos donos do capital para combater o objetivo histórico de tomada do poder pelo proletariado através da via revolucionária.

O ódio do parlamentar José Genoíno contra os princípios marxistas leninistas expressos no Congresso, ao qual seguiu a maioria dos delegados, reflete a profunda corrupção desses políticos, comprometidos com a política burguesa de sustentação do capitalismo em crise.

Não é por acaso que o PT há tempo renunciou à luta mais elementar pelo salário mínimo real, emprego e terra aos camponeses. Sua política parlamentar tem sido a de administrar o desmoralizado parlamento burguês. Nas administrações públicas, como Diadema, São Paulo e Rio Grande do Sul, as chamadas gestões populares não passam da mais rasteira gestão dos interesses dos exploradores contra os ex-

plorados, que arcam com a profunda decomposição da economia.

O PT desde sua origem se apoiou na estratégia pequeno-burguesa de democratização do Estado. Por isso, não havia necessidade de condenar formalmente a ditadura do proletariado. A razão de tamanho empenho está em que o PT se filiou à campanha internacional da burguesia na propaganda contra o comunismo, aproveitando-se da confusão criada com a desagregação das ditaduras estalinistas. O PT, assim, se alinha à ofensiva do imperialismo e da própria burocracia renovada pela Perestroika contra as conquistas históricas da Revolução Russa e contra a necessidade das revoluções proletárias no mundo capitalista.

O extraordinário é que esta gente além de tudo cumpre o papel miserável de falsificar o conteúdo marxista-leninista do princípio da ditadura do proletariado. A resolução apresentada pela Articulação/NE/VS diz que condena qualquer ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não é outra coisa senão a ditadura do partido único contra a sociedade. Esta formulação comprova a má fé dos dirigentes do PT. Condenam o princípio revolucionário da ditadura do proletariado por um conteúdo que não tem. Confundem-na com as formas de governos ditatoriais capitalistas. E falsificam a história da ditadura proletária, implantada na Rússia pela revolução de Outubro. A idéia de que a ditadura proletária é um poder policial, confundida com a ditadura policial estalinista ou capitalista, é uma tremenda farsa. Ao contrário, trata-se do exercício do poder das massas organizadas desde a produção até o Estado contra a burguesia, derrotada pela revolução. A violência revolucionária é praticada para combater a violência contra-revolucionária dos exploradores.

Construir o Partido Operário Revolucionário

A RAÍZ DO ANTIMARXISMO DO PT

Durante algum tempo, se procurou esconder no PT que a estratégia do governo democrático-popular se constituía na negação da ditadura do proletariado. Tanto a Articulação quanto as correntes de esquerda evitaram pôr às claras o conteúdo de classe do objetivo central do partido. Esta conduta contribuiu para retardar oportunisticamente a colocação do problema. Porém, sob a pressão dos acontecimentos do Leste Europeu e da integração mais fundo do PT na política do Estado burguês, o I Congresso foi obrigado a levantar em primeiro plano a condenação da estratégia revolucionária do proletariado.

Para a ala mais à direita, esse Congresso deveria significar uma virada total do PT, que durante um certo período foi marcado por uma linha esquerdista-demagógica. A bandeira de "Refundação do PT" tinha justamente como conteúdo a revisão total do passado esquerdista democratizante.

O PT, como alternativa eleitoral, não pode dispensar o apoio de uma fração da burguesia e da aliança com os partidos da oposição burguesa. Para isso, é necessário limpar as manchas do esquerdismo pequeno-burguês e se colocar, ao mesmo tempo, francamente contra os princípios históricos do marxismo-leninista.

A REJEIÇÃO DO FORA COLLOR

Em entrevista, logo após o Congresso, Lula afirmou: "Ao invés de defender a destituição do presidente Fernando Collor, vamos apresentar uma política alternativa" (O Estado de São Paulo 03/12). E Mauro Puerro, da Convergência Socialista, declarou: "Até as pesquisas indicam que a maior parte da população não deseja a permanência de Collor, mas uma parte do PT ainda não enxergou esta realidade nem quer trabalhar pelo impeachment do presidente".

A tese das esquerdas não era a de derrubar Collor pela via revolucionária. Propunha apenas uma campanha pela destituição do Governo pela via institucional, ou seja, pela legalidade constitucional do impeachment. Quem iria destituir Collor seria justamente o Congresso Nacional, controlado pelo PMDB, PSDB, PFL, etc.

A bandeira de abreviação do mandato de Collor foi feita inclusive em uma reunião da FIESP, em que um empresário analisou o esgotamento do governo e propôs o impeachment. As esquerdas centristas logo procuraram refletir o descontentamento da burguesia e passaram a defender o fim do governo através da antecipação das eleições gerais, dando uma tintura "revolucionária" de Fora Collor.

Mesmo se tratando de uma variante democrático burguesa de substituição de Collor, a maioria petista a rejeitou em nome da estabilidade do regime político. Isto demonstra o profundo compromisso fisiológico do PT com a manutenção do governo pró-imperialista. Para se afirmar como alternativa de poder pró-capitalista, o PT tem de ser um pilar de sustentação da estabilidade do governo em crise, pois se trata da defesa da estabilidade do Estado burguês.

LULA COM QUÉRCIA

No dia seguinte ao Congresso (03/12), o presidente nacional do PT, Lula, se reuniu com o ex-governador Quéricia, sobre quem os parlamentares petistas moviam ação para apurar corrupção. O objetivo, segundo a imprensa, era discutir o problema da reforma partidária. E o resultado foi: "Lula e Quéricia concordaram que deveria ser autorizado às empresas declarar doações ao fundo partidário e que deve haver um esforço dos partidos para a votação, ainda este ano, do projeto do deputado federal João Almeida (PMDB) (...)".

A confluência dos líderes do PT e PMDB sobre a regulamentação das "doações" de dinheiro para o fundo partidário demonstra a ligação da cúpula petista com a política burguesa de sustentação financeira. Ser um partido eleitoralmente capaz de vencer, significa ter muito dinheiro para esbanjar em viagens, propagandas, etc. O PT terá de buscá-lo nos cofres da burguesia, como já o fez com as contribuições da social-democracia internacional.

Por detrás do repúdio do I Congresso à revolução, estão os milhões, que servirão para encher as urnas de voto. A regulamentação pretendida vem no sentido de incentivar os capitalistas a declararem uma parte de seus lucros arrancados da miséria de seus assalariados e legalizarem a corrupção política. Este é o destino do PT democrático e popular: sustentar a ditadura de classe da decadente burguesia contra a maioria oprimida. Isso explica a apreciação de Quéricia de que foi positivo o resultado do Congresso do PT.

PT A FAVOR DAS PRIVATIZAÇÕES

A defesa das privatizações (democráticas e controladas, segundo a Articulação) veio acompanhada de uma nova invenção: o socialismo de mercado. É o que Genoíno denominou de "modelo de sociedade para o séc. XXI" (Estadão 03/12/91). Para os defensores do "controle social do mercado", o Estado deve se limitar a atuar em áreas como saúde, educação e transporte. Desta forma, o PT se aproxima das posições neoliberais de Collor e do imperialismo, que se utilizam da mesma restrição. Não devemos nos esquecer que este é também o mesmo fundamento da Perestroika, voltada a restaurar o capitalismo na Rússia. Assim, se justifica a quebra do monopólio estatal de ramos chaves da produção, como aço, petróleo, energia, comunicações, etc.

A desestatização das grandes empresas fortalecerá a intervenção do capital multinacional. Os monopólios e trustes que já predominam na economia brasileira reforçarão seu poder sobre o Estado e toda a sociedade. A burguesia nacional se tornará mais dependente do que já é, arrastando o país a uma submissão ao imperialismo jamais presenciada em nossa história recente.

O palavreado do controle social sobre o mercado é uma máscara para o PT acobertar sua capitulação à recolonização imperialista. É pura demagogia a defesa do Estado voltado para a educação, saúde, etc. A intensificação da opressão nacional conduzirá o Brasil semi-colonial a mais atraso econômico e empobrecimento das massas. O papel do Estado é de proteger os magnatas e reprimir as massas.

FIM DO DIREITO DE TENDÊNCIA

A resolução proibindo que as correntes internas do PT tenham jornais próprios, sedes, finanças e vínculos internacionais eliminou de vez o mínimo de direito à Tendência. O primeiro passo para a expulsão das correntes de esquerda foi a exigência do VII Encontro destas reconhecerem o PT como partido estratégico, acatarem as posições majoritárias dos Encontros e não mais lançarem críticas públicas ao partido. O direito de Tendência sofreu um primeiro golpe. Porém não foi suficiente. Um segundo passo foi necessário para, definitivamente, se eliminar as Tendências opositoras (mesmo que apenas taticamente). O I Congresso cumpriu essa tarefa.

A inviabilização da militância organizada em tendências é consequência da política pró-burguesa, que fez do PT um partido antioperário. Por seu conteúdo programático e por sua estrutura burocrática, sustentada por uma camarilha encastelada nos sindicatos (burocracia sindical) e na máquina do Estado (burocracia estatal), o PT terminou seu ciclo de construção como partido pequeno-burguês contra-revolucionário.

As esquerdas, como Convergência, O Trabalho, etc, contribuíram para a consolidação deste fenômeno ao falsificarem a evolução pró-capitalista do PT, com a propaganda deste ser um partido operário independente, e se arrastarem por detrás do caudilhismo eleitoreiro de Lula.

Estão sendo enxotados não por lutarem contra a estratégia do governo democrático e popular e sim porque o PT já não comporta sequer o esquerdismo pequeno-burguês eleitoreiro.

A impotência das esquerdas

O que mais ressaltou do I Congresso do PT foi a incapacidade da Convergência Socialista e O Trabalho, bem como do conjunto das esquerdas que se reivindicam do marxismo, de defender a ditadura do proletariado. Embora a tese da Articulação tenha com muita antecedência formulado o combate à estratégia revolucionária, as esquerdas não deram a mínima importância ao fato. O que demonstrou o desprezo para com a ofensiva contra-revolucionária da Articulação e Nova Esquerda.

Isto não nos deve surpreender porque os pretensos marxistas nunca tiveram a ditadura do proletariado como essencial na sua defesa programática no interior do PT. Desde cedo se apegaram à idéia de que o PT era um partido operário independente, sem que tivesse importância decisiva a estratégia da revolução proletária.

Frente ao ataque aberto à concepção de tomada do poder e de destruição do Estado capitalista pela revolução violenta, Convergência Socialista e demais grupos se viram impotentes. A bandeira de governo dos trabalhadores, que tem servido de estratégia, revelou seu conteúdo democratizante e eleitoreiro.

A formulação de Fora Collor através da antecipação das eleições gerais expôs esta política democratizante. Apresentaram ao I Congresso a via de substituição de Collor pelos mecanismos formais da democracia burguesa, o que é bem distinto da tarefa de derrubar o governo pró-imperialista pela ação das massas. Tamanho democratismo, que já não pôde ser disfarçado, é consequência do desprezo que estas correntes têm para com o princípio marxista-leninista da ditadura do proletariado.

Este Congresso ficará marcado não só pela tomada de posição contra-revolucionária da Articulação/Nova Esquerda como também pela impotência dos centristas perante à ofensiva dos pequenos-burgueses contra-revolucionários, representados pelos chefetes José Genoino, José Dirceu, o caudilho Lula, etc.

A DERROTA DAS ESQUERDAS PETISTAS

As medidas de liquidação do direito de Tendência organizada foi a base da derrota da CS, O Trabalho, etc. Tais correntes foram cedendo às pressões repressivas desde o IV Encontro. Com a análise de que o PT tem penetração nas massas (na verdade eleitoral), os morenistas (CS) acatarem as primeiras resoluções, a ponto de abrir, em 1990, sua Conferência para a inspeção da Articulação. O Trabalho e a Convergência foram verdadeiros discípulos do caudilhismo eleitoral de Lula e incentivaram o eleitoralismo, não só na prática mas também nas explicações políticas das virtudes revolucionárias do potencial eleitoral do PT.

O Trabalho se submeteu abertamente à linha do governo democrático e popular, traçada pelos ex-estalinistas, castristas e populistas clericais. A Convergência fez do governo dos trabalhadores a bandeira eleitoral do PT (Causa Operária seguiu a trilha dos morenistas, com seu governo dos trabalhadores da cidade e do campo). Jogou todas as suas forças na concepção e a ação política de que estava colocado no Brasil a formação de um governo de massas (governo dos trabalhadores), saído do crescimento eleitoral do partido.

Os democratistas de esquerda não puderam ver que a sua mística alimentava justamente a integração do PT na política burguesa e no poder estatal. Os êxitos eleitorais levaram a Articulação a montar um aparelho burocrático (chamada de partido de massa) e a fortalecer os laços com setores da burguesia.

Quando Lula afirma que o PT amadureceu e já está pronto para ser a alternativa real do poder, está dizendo que se livrou do esquerdismo eleitoral do passado. O caudilho está consciente de que, para o PT chegar ao governo, tem de se escorar em alguma fração do capital. Eleitoralmente é inviável um partido que não conte com o apoio financeiro de quem tem o dinheiro.

O partido eleitoral que os esquerdistas idealizaram (e idealizam), sob a sigla do PT, está fora de questão para os dirigentes burocráticos. Insistir no radicalismo eleitoral passou a ser um estorvo para a Articulação, que vê a necessidade de se aliar com os partidos burgueses.

A Convergência, O Trabalho e Causa Operária não poderiam calcular que o crescimento eleitoral do PT seria a verdadeira razão de suas expulsões. Ocorre que as reais causas políticas ficaram obscurecidas, prevalecendo as medidas de ordem organizativa (repressiva). A conclusão é que tais tendências opositoras não foram derrotadas no I Congresso na luta por princípios, pois do ponto de vista estratégico não diferiram essencialmente do democratismo petista. Foram derrotadas como ala esquerda democratizante.

AMPLIAR AS ALIANÇAS

O PT se transformou num partido eleitoreiro. Desde antes da disputa de Lula com Collor, já havia definido a tática de aliança eleitoral com os partidos da oposição burguesa, chamada de "progressistas e populares". A definição do PT como partido de massa, oposto ao partido de quadros revolucionários, expressou o conteúdo demagógico-eleitoral de seu programa. O palavreado de "campo democrático e popular" serviu para justificar sua adaptação à política democrático-burguesa.

Com essa política, busca formar um governo de coalizão com partidos como o PMDB, PSDB, etc. Todos eles sustentam a ditadura da burguesia sobre as massas famintas. Em nome de ser um partido dos trabalhadores, procura arrastá-las por detrás do jogo eleitoral e da corrompida política partidária da burguesia. A unidade frentista com tais partidos resulta em luta contra a necessidade histórica de independência do proletariado frente ao Estado e à classe patronal. Ao se colocar como adversário da estratégia da ditadura proletária, o PT se colocou na via da contra-revolução.

Todos seus passos de aproximação dos partidos burgueses e da máquina estatal o levará a se chocar com a luta direta dos trabalhadores. Na luta de classes se colocará na defesa da ordem capitalista, utilizando-se do velho argumento de defesa da estabilidade democrática.

A DS (Democracia Socialista) mostra o que é

A corrente Democracia Socialista, que formalmente se reivindica do trotskysmo, se comportou no Congresso como verdadeiro grupo lacaio da Articulação e Nova Esquerda. Graças a seu voto venceu a resolução de asfixia política das Tendências. A pergunta que nos ficou foi: quais foram os termos do acordo selado entre a DS e a Articulação/Nova Esquerda? A DS poderá extinguir seu jornal e contornar o problema das finanças. Mas e suas ligações internacionais com a corrente do Sr. Ernesto Mandel, que se reivindica representante da IV Internacional? A resposta está evidente. Fraudarão a própria decisão de acordo com os interesses dos grupos Articulação, Nova Esquerda e DS. Com esse passo, a DS sela sua rota direitista e se mostra como apêndice da política contra-revolucionária formalizada no I Congresso.

Causa Operária:

A ARTE DE FALSEAR - I

Se perguntarmos aos redatores do Jornal Causa Operária n. 156 se o I Congresso do PT condenou ou não a ditadura do proletariado, teriam de dizer que sim, porque de fato ocorreu. Mas se perguntássemos se teve importância, teriam de dizer que não. Isto por duas razões: 1) omitiram em seu balanço até mesmo a existência da condenação, como fizeram Convergência Socialista, O Trabalho, etc; 2) Porque caracterizam que não houve uma clara delimitação da questão do socialismo.

No primeiro caso, o leitor teria de ler o n. 156; no segundo, eis a citação do editorial: "A discussão, da qual se anunciou que iria "criar asas" esteve no rés do chão, a tal ponto que todo debate sobre a reestruturação partidária ficou adiado para um proximo encontro, **sobre o socialismo foi aprovado um documento da fração majoritária que mais alude definições do que delimita**, apesar de, em seu conjunto, afirmar a orientação antisocialista proposta pela direita partidária". (grifo nosso).

Esta caracterização tem duas ideias: 1) o documento aprovado sobre o socialismo mais alude definições do que delimita. Com isso se quer dizer que não passa de abstrações; 2) afirma uma orientação antisocialista. Não é preciso esforço para vermos que não há sequer lógica formal nos termos. Como é que pode o documento ser abstrato (não delimita) e ao mesmo tempo ser antisocialista? A incongruência desta avaliação logo nos mostrará que quem não delimita é o balanço de Causa Operária, que omite a condenação da ditadura proletária. Isto falseia e viola flagrantemente os fatos e as consequências políticas do I Congresso.

Quando se diz "que mais alude definições do que delimita", o balanço não explica o que é aludir definições e não diz em relação a quê não delimita. Nós afirmamos que os documentos da direção majoritária e as resoluções provadas são absolutamente clara na sua delimitação contra-revolucionária do socialismo científico, ou seja, dos princípios da revolução proletária. Eles se colocam na defesa da propriedade capitalista dos meios de produção, defendem a preservação do Estado burguês e se colocam contrários à estratégia revolucionária do proletariado.

A direita, aglutinada em torno da Articulação, foi absolutamente clara nos seus propósitos pró-capitalis-

tas, a ponto de José Genoíno exigir a máxima precisão no rechaço a ditadura proletária. O fato deles mentirem, falsearem e difamarem os princípios marxistas, bem como deformarem completamente os fatos históricos, para combater a ditadura proletária, não lhes tira o mérito de delimitar claramente contra o socialismo.

As posições que de fato procuraram não se delimitar claramente foram as defendidas pela CS, O Trabalho, MTM, etc. Ao não colocarem como ponto central de combate à direita a defesa da ditadura proletária e dos métodos da revolução violenta, simplesmente cumpriram o papel covarde dos centristas. Causa Operária não pôde chegar a esta avaliação fundamental porque simplesmente tem a ditadura proletária como enfeite para alguns artigos na Revista de PO da Argentina ("Em Defesa do Marxismo") e de seu jornal.

A ausência da defesa e elaboração programática concreta em torno da estratégia revolucionária impede que os dirigentes (e como gostam de se dizer dirigentes) de Causa Operária entendam que a colocação precisa da condenação da ditadura do proletariado pela Nova Esquerda não resultou da necessidade da direita lutar contra o bloco de esquerda, pois nenhuma das principais correntes a defendia. A razão está em que a Articulação, VS, NE expressaram no Congresso a brutal pressão do imperialismo, que se utiliza da bancarrota do estalinismo para combater o comunismo (os princípios da Revolução Russa, o marxismo-leninista). É a profunda relação contraída pelo PT com o Estado burguês que levou a direita a condenar abertamente a ditadura do proletariado, colocando-se claramente no campo burguês da contra-revolução.

Se lemos com cuidado o balanço de Causa Operária e o comparamos com os fatos do I Congresso, logo veremos como embeleza as decisões contra-revolucionárias, dizendo que estas mais aludiram à definições do socialismo do que delimitaram. É mais um balanço vergonhoso das esquerdas petistas.

No próximo número, publicaremos a segunda parte desta matéria: "Falsear II"

A Reforma de Ensino atinge duramente os estudantes

O governo do Estado de São Paulo transformou 300 escolas em "Escolas- Padrão". Em nome da reformulação do ensino público irá, também, castigar os alunos.

O governo, demagogicamente, utiliza a necessidade de melhorar a qualidade de ensino para impor o seu projeto de reformulação. Muitos pontos afetam diretamente os estudantes. Alguns deles são: 1) Aumento dos dias letivos. Propõe passar de 180 para 200 dias para o diurno e 250 para o noturno. Os alunos terão aulas aos sábados e suas férias reduzidas. Na prática, muitos abandonarão os estudos, pois trabalham aos sábados e outros não conseguirão cumprir essa extensiva carga

horária porque trabalham durante toda a semana, o que inviabiliza o descanso necessário de final de semana e nas férias escolares. 2) A chamada dependência, isto é, os alunos reprovados em até duas matérias poderão cursar a série seguinte e fazer estas matérias, na qual foi retido, em um outro horário (não coincidente com as suas aulas). Na verdade, isso é uma grande ilusão. O aluno-trabalhador jamais poderá dispor de outro horário para estudar. Por outro lado, nenhum patrão permitirá a falta para cumprir a dependência. 3) A matrícula por disciplina, ou seja, o aluno, do curso noturno, poderá escolher as disciplinas que cursará durante um ano. A medida que não cumpre as dis-

ciplinas anuais obrigatórias, o colegial de três anos passará para 4, 5 ou até 6 anos. 4) O governo pretende municipalizar o ensino fundamental (de 5a. à 8a. séries). Como os municípios estão sem dinheiro, o ensino será prejudicado com o fechamento de escolas, de turnos, evasão de professores, falta de funcionários, etc. Sem falar na queda ainda maior da qualidade de ensino.

Por aí se vê que a reformulação do ensino imposta por Fleury não atende aos interesses dos estudantes. A reivindicação histórica do movimento estudantil de defesa da escola pública, gratuita e autônoma tem que ser defendida através da ação direta.

Fleury intensifica a política de fome

Os professores ficaram sem reajustes no mês de dezembro. Fleury ofereceu um abono de 20 mil, porém proporcional ao número de aulas. Com isso, a maioria recebeu menos de 13 mil cruzeiros. O governo argumentou que, se fosse dado qualquer reajuste (incorporado ao salário), não seria possível pagar o 13. salário. Sabemos que isso não é verdade. Pois, em outubro e novembro, os índices ficaram abaixo da inflação, portanto, foram pagos com o próprio dinheiro do funcionalismo.

O governo Fleury tem como proposta a redução drástica dos recursos destinados à escola pública. Não é por acaso que em 1991 os gastos com o pessoal da educação já foram reduzidos para 18,10% e para o próximo ano serão somente 15,08%. Isso significa que os salários ficarão mais arrojados.

Fleury se utilizou do final do ano letivo e das férias para impor esse miserável abono. O que prova que os professores só conseguiram reajustes quando havia disposição de luta, quando estava organizado em assembleias ou quando esteve em greve por 22 dias. Essa é a lição que tiramos da mobilização e a tarefa que temos é a preparação da greve para o início do ano letivo. Esse instrumento de luta é o caminho para enfrentar a política do governo. Quando mais desmobilizados, de "cabeça baixa" em sala de aula, descrentes com a nossa própria força, mais a contra-ofensiva governamental se imporá.

Portanto, temos que exigir da direção da Apeoesp a organização da greve. Preparar, desde já, a ofensiva dos trabalhadores em educação para barrar a política de fome de Fleury!

Inicia a novela das liminares

Depois de um mês de implantação do projeto do governo das Escolas- Padrão, a Apeoesp obtém na Justiça uma liminar contra essa reforma no ensino. O motivo é que fere o Estatuto do Magistério, por exemplo tira o direito do professor escolher a jornada de trabalho. Coloca-se contra a proposta do governo porque a mesma é restritiva à 300 escolas (a rede possui 6500 escolas).

A diretoria da Apeoesp busca na Justiça a forma de luta para combater a reforma educacional, depois de ter negado realizar qualquer mobilização pela rejeição. Não chamou nem mesmo uma grande mobilização do conjunto da classe para se opor ao projeto. Ao contrário, criou ilusões nas pressões à Assembleia Legislativa (convencer os deputados em votar favorável as emendas), distraiu os professores das escolas indicadas de que era possível votar a rejeição no conselho de escola, realizou uma campanha limitada de esclarecimento dos pontos negativos do projeto e centrou no argumento de que era seletiva (300 escolas). Portanto, se recusou a preparar a classe para enfrentar conjuntamente o projeto governamental.

Leia nosso folheto sobre a Farsa das Escolas- Padrão

Regime capitalista em crise coloca mais estudantes assalariados fora da universidade

A Universidade Católica de Pernambuco vem dia após dia violentamente colocando à margem do ensino uma parcela considerável de estudantes assalariados. Hoje está cobrando Cr\$ 150 mil para os cursos cognominados "menores" em cadeiras básicas.

O DCE, entidade que deveria representar os alunos, tanto na gestão passada do PT (Articulação e Nova Esquerda) quanto na presente do PC do B, tem sido incapaz de levar uma política consequente a favor dos estudantes. A política reformista desses

partidos, responsável pela condução do DCE, só tem contribuído para aumentar a elitização do ensino, pois são impotentes para fazer a defesa da estatização de toda a rede de ensino e do amplo acesso dos assalariados à educação.

As correntes centristas e contra-revolucionárias, que atuam na UNE, têm objetivos puramente eleitoreiros e aparelhistas. Compete aos estudantes derrubarem essas direções através da política revolucionária.

Sob o capitalismo, há que se lutar

pela conquista de reivindicações democráticas, como a escola pública gratuita, autônoma e laica, etc., como ponto de partida da luta anticapitalista. Uma escola nova científica e com acesso à todos só virá com o fim do regime capitalista.

PELA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA DIREÇÃO PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL;

NENHUM AUMENTO DAS MENSALIDADES;

EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO.

A crise na Universidade Federal de Pernambuco

A universidade vive uma profunda decomposição. As entidades ASUFEPE e ADUFEPE de docentes e DCE dos estudantes estão dirigidas pela política democratizante. Essas direções acabam utilizando as entidades para seus objetivos eleitoreiros e aparelhistas. É o caso do PCB que vem matando a ADUFEPE, para assegurar votos à Roberto Freire e a ADUFEPE (dirigidas pelo PT e PC do B), que legitima os reitorados biônicos.

Dessa forma, são incapazes de unificar os professores, funcionários e estudantes para impor a autonomia universitária e lutar contra o seu sucateamento, imposto pelo governo através do arrocho salarial, corte de verbas, etc. Não é por acaso que Efreim Maranhão (reitor empossado dia 19/12/91) disse que "a meritocracia deverá ser a tônica do seu reitorado" e enfatizou que "os professores deverão domesticar ainda mais o corpo docente". Trata-se do fim do mais elementar direito de livre expressão, manifestação e organização.

Se, por um lado, há por parte do governo e dos reitores toda uma política de sucateamento da educação, para em seguida privatizá-la; por outro lado, há que aproveitar a disposição de luta dos professores, funcionários (que realizam greves longas em defesa do salário e da qualidade de ensino) e dos estudantes para unificar esses movimentos com a mobilização mais geral de todos os trabalhadores da educação e estudantes contra a política privatista do ensino, imposta pelos governos sob mando do imperialismo. É nesse processo que forjarão as novas direções capazes de transformar as entidades em organismos independentes do Estado e da burocracia acadêmica.

TELESP:

Peleguismo aprimorado: a traição se transforma em documento oficial

Conforme denunciávamos em boletins e artigos anteriores, os pelegos do sindicato da categoria lutam apenas pelo bem estar do governo-patrão.

A prova mais contundente é o problema das perdas do Plano Bresser e do Plano Verão, colocadas no item "Pendências Jurídicas" da pauta de reivindicações para o acordo salarial de 91/92.

A prova dessa denúncia surge agora com a emissão de um documento por parte da empresa, em 20/12/91, onde consta a íntegra do acordo judicial firmado em DEZEMBRO DE 89, onde o SINTETEL abria mão, em caráter irrevogável e irrecorrível, das perdas do Plano Bresser. Entraram com novo recurso em SETEMBRO DE 91, numa atitude claramente demagógica, porque além de deixarem transcorrer 2 ANOS para entrar com novo recurso, já sabem de antemão que o mesmo será indeferido com vistas ao acórdão de dezembro de 89.

A cara-de-pau desses pelegos é comovente, considerando que o acórdão impossibilita inclusive ações individuais, ou seja, o empregado que pretender entrar com recurso particular para receber suas URP's não poderá fazê-lo, por força de decisão judicial.

Eis porque todas as empresas do sistema Telebrás, a exceção de São Paulo, estão recebendo ou já receberam suas URP's.

Portanto, ou a categoria sai do marasmo e da paralisia, fortalecendo uma oposição classista capaz de arrancar o sindicato das mãos desses pelegos descarados, ou continuarão a ver seus direitos e seu dinheiro escorrendo pelo esgoto, enquanto a empresa gasta Cr\$ 160 milhões para limpar pastilhas e fachadas de prédios e emitindo documentos hipócritas onde alegam não ter dinheiro para pagar as perdas também do Plano Verão. A saída é iniciar reuniões imediatas por prédios, formar os comitês de mobilização e exigir da direção pelega a ampla convocação da Assembléia Geral, para decretar a greve.

Governo utiliza a luta dos aposentados para arrochar mais os salários

A novela em torno dos 147% de reajuste aos aposentados ainda continua.

O reajuste concedido somente aos aposentados de SP, RJ e dos estados, que conseguiram liminares favoráveis ao índice, demonstra o caráter restrito dessa decisão, a medida que abrangerá menos de 15% dos aposentados, os que ganham mais de um salário mínimo e que entraram com processos judiciais para obter esse índice. Além disso, tal decisão é provisória, podendo ser suspensa a partir de fevereiro, quando do parecer do Supremo Tribunal Federal, pois o governo alega que a Previdência não tem verbas para arcar com esse reajuste, sendo necessários CR\$ 369 bilhões mensais.

O governo aproveitou a batalha judicial demagógica em torno desse fato, para convocar extraordinariamente o Congresso e submeter à sua aprovação a nova política negociada com o FMI de aumento dos impostos sobre os assalariados.

No que tange ao orçamento da Previdência, o projeto lei apresentado pelo governo propõe aumentar o índice de contribuição dos trabalhadores de 8%, 9% e 10% para 11%, 12% e 13% e criar uma contribuição adicional de 3% sobre o salário bruto e 7% sobre os aposentados e pensionistas, até dos que recebem um salário mínimo. E para as empresas propõe elevar a contribuição de 20% para 21,5%.

Com essa proposta o governo arrecadará CR\$ 11 trilhões no ano de 1992, quando serão necessários CR\$ 4,4 trilhões, ou seja, 59,7% a menos para pagar o reajuste dos aposentados. E tal importância será conseguida essencialmente dos oprimidos, que terão aumentos de 75% a 350% de encargos descontados dos salários, enquanto que os empresários terão só 7,5% de aumento na sua contribuição, logo repassados nos preços das mercadorias. Dessa forma o governo arrochará mais ainda os salários, que já são minguados, obrigando os assalariados a arquem mais ainda com o pagamento aos credores internacionais.

A declaração de Jarbas Passarinho revela isso, ao afirmar que "o governo quer o mínimo de sacrifícios entre o máximo possível de pessoas que podem pagar".

Os assalariados não podem mais ser punidos em função de compromissos com os imperialistas.

Enquanto a luta pelos 147% permanecer no marco dos organismos burgueses, a pressão judicial, os aposentados estão correndo o risco de perder essa batalha, tanto por decisão do tribunal, como pela elevação do custo de vida. Independente desse aumento ser repassado aos aposentados, os assalariados serão punidos, com os aumentos dos impostos, dada a política ditada pelo FMI.

Em todo o movimento dos aposentados pelos 147% ficou claro que os sindicatos burocratizados nada fizeram para unir esta reivindicação com a dos trabalhadores da ativa. O bloqueio das lutas fabris é que permite que Collor jogue à vontade com a vida dos aposentados e inclusive se utilize dos 147% para ampliar a carga de impostos sobre as massas, como exige o FMI. Vemos a necessidade de se formar os Comitês de aposentados no interior dos sindicatos e lançar a exigência destes levarem a luta para as fábricas, começando por organizar um movimento pela derrubada de qualquer imposto sobre os assalariados, pelo emprego e fim da carestia.

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA E O DESEMPREGO

A T.POR chama todas as correntes que se reivindicam do movimento operário a realizar uma ampla campanha contra as demissões em massa e o esmagamento das condições de vida dos assalariados. A redução dos postos de trabalho vem destruindo a única fonte de existência de milhares e milhares de famílias. A miséria dos bairros populares, das favelas e dos cortiços está se ampliando com a soma do desemprego com os baixos salários. Famílias inteiras, com crianças e velhos, não têm o que comer. O preço do arroz, feijão, leite sobe constantemente. Cada vez mais o alto custo dos alimentos torna os privativos para milhões. Reduzir ainda mais a comida da já precária alimentação das massas é ampliar a barbarie social.

Não é por outra razão que crescem a marginalidade, o alcoolismo, a prostituição, o narcotráfico e todo tipo de decomposição social.

A miséria já é uma marca histórica do atraso semicolonial do Brasil e um reflexo da necessidade dos capitalistas superexplorarem as massas. Porém, nas condições atuais de recessão e quebra econômica, cuja responsabilidade é do grande capital nacional e internacional, a miséria é elevada a níveis de ampla destruição da vida dos trabalhadores. Um país que precisa crescer em grande escala para resolver a pobreza e a miséria do seu povo, ao contrário, regride sob o peso da crise

capitalista mundial e da aplicação pelo governo Collor da linha neoliberal recessiva e entreguista.

Nada disso é surpreendente mediante a falência da burguesia nacional, capacha do imperialismo. Porém, o que é odioso é a paralisação dos sindicatos, dirigidos pela casta burocrática que concilia com a política de demissões e arrocho do patronato. Chega-se ao ponto de admitirem e incentivarem as chamadas demissões voluntárias, munidas de esmola dos patrões. Tudo fazem para que os operários não lutem com suas próprias forças e vençam o terror do desemprego criado pelos capitalistas.

Nos próximos meses, teremos a campanha eleitoral nos municípios. Rios de dinheiro serão gastos para canalizar a atenção das massas. E muita demagogia será feita.

A T.POR alerta os trabalhadores para essas manobras. Coloca-se por mobilizar, ainda que em situação política difícil, contra o desemprego e a carestia. Trabalha por unir os desempregados e empregados. Defende a formação dos comitês de luta. E tudo fará para realizar movimentos massivos em defesa da vida das massas. As correntes que não pretendem se comprometer com a paralisação e com as pressões conciliadoras da burocracia sindical terão de se colocar por uma Frente de luta de massa contra o desemprego e a carestia.

Desenvolver a campanha de massa

O ponto de partida é convocar reuniões nos sindicatos, associações, escolas, locais de trabalho e nos bairros populares. Chamar os empregados e desempregados a discutirem as reivindicações para organizar o movimento. Os trabalhadores deverão aprovar os principais pontos e os meios para desenvolver a campanha. Destas reuniões formar os comitês, que terão a função de auxiliar a mobilização em torno das reivindicações e que serão engrossados com o avanço da luta. A burocracia sindical tudo tem feito para que não se unifique regional e nacionalmente o movimento dos trabalhadores. Ela se constitui em barreira para a campanha contra o desemprego e a carestia. Na luta pela organização do movimento, se coloca o combate às direções conciliadoras, que estarão logo mais mergulhadas na demagógica campanha para as eleições municipais. A agitação e a propaganda em defesa da ação direta e das reivindicações contra o desemprego e os baixos salários deverão partir das fábricas para os bairros e destes para as fábricas, se concentrando na defesa da convocação das assembleias sindicais e populares.

Defender a vida das massas

Frente à demissão em massa, é necessário barrá-las mediante a ação de massa. Em defesa da fonte de existência, devemos chamar à ocupação da fábrica e a ampliação do movimento. Os trabalhadores lutarão imediatamente pela **estabilidade no emprego, seguro-desemprego igual a um salário mínimo real e por um plano de obras públicas que empregue os desempregados, sob o controle operário.** Esta luta deve se direcionar pela defesa do emprego a todos. A reivindicação que responde a ela é a **escala móvel das horas de trabalho**, que significa dividir as horas de trabalho nacional entre todos aqueles aptos a trabalhar, de forma a reduzir a jornada de trabalho e abrir posto de trabalho ao conjunto da força de trabalho. Isto sem reduzir os salários. O confisco salarial pela alta inflacionária tornou impossível uma vida digna para uma grande parcela da população. Não se pode aceitar a perda salarial, como tem feito os burocratas sindicais. A defesa do **salário mínimo real de 350 mil com escala móvel dos reajustes** deve vir junto com as reivindicações do direito do trabalho. Será através da luta pela sobrevivência da família operária que as massas se unificarão contra o governo antipopular e evoluirão na luta antiimperialista e anticapitalista. A nossa campanha contra o desemprego e a carestia tem esse sentido.

ELEIÇÕES DE FUNCIONÁRIOS DA ETC D

Haverá a eleição de uma comissão provisória de funcionários da ETC D.

A fração classista dentro da ETC D vem organizando discussões e reuniões, no sentido de divulgar pontos para a elaboração do programa que norteará a formação de uma comissão combativa e que defenda de fato os interesses dos funcionários da ETC D.

Os principais pontos de defesa para o programa são:

- soberania das assembleias
- revogabilidade de mandato dos membros
- eliminar o empreguismo e a política patronal
- escalas que atendam os interesses dos funcionários e da população sem injustiças
- horários de refeição e salários decentes
- Estatização da ETC D, sob o controle dos trabalhadores
- Direito de eleger e substituir os chefes e a direção da empresa, etc

SAÚDE

O fechamento dos hospitais públicos

Nos últimos dias, a imprensa tem noticiado uma sucessão de fechamentos de hospitais públicos em todo o estado de São Paulo.

Ao todo, 10% dos hospitais da capital já fecharam (70 num total de 700 hospitais da rede pública de saúde).

A justificativa que se procura dar para o problema é que o repasse de verbas do INAMPS para o estado de São Paulo (da ordem de cr\$ 70 bilhões) para quitar dívidas com as santas casas e hospitais filantrópicos está atrasado desde setembro de 91, o que já provocou a desativação de 38 mil leitos dos 167 mil existentes (Diário Popular, 09/01/92).

O fato é que tudo isso esconde o necessário sucateamento do sistema de saúde para que possa ser privatizada a Previdência. Nesse sentido, se trabalha para conduzir a opinião pública para que esta seja favorável a mais essa privatização (naturalmente, esquecendo que nas campanhas de mídia para a privatização de outras empresas, alegava-

se que o Estado estava saindo daqueles setores (ramos-chaves da economia) para melhor administrar a saúde, a educação, os transportes, etc).

Entretanto, no jogo de interesses econômicos de um regime falido, que sequer é capaz de fornecer condições básicas de saúde para sua população, o grande penalizado é o trabalhador assalariado que vai deixando de ter acesso a saúde a cada hospital público que fecha e que não terá qualquer respaldo quando da privatização, pois, a medicina de grupo (empresarial) tornara a saúde pública um luxo inacessível para a grande massa assalariada.

O próprio superintendente da Confederação das Misericórdias do Brasil, José Luiz Spigolon, afirma que "muitos hospitais estão recorrendo a privatização e a população carente não terá a quem recorrer" (Diário Popular, 09/01/92). Outra proposta rebatida pelo superintendente é a de municipalização, alegando que "municipalizar em ano eleitoral

seria enterrar de uma vez por todas a saúde pública, porque o certo é que o dinheiro seria desviado para bancar campanhas políticas" (Diário Popular, 09/01/92), o que demonstra a que ponto chega o descrédito de setores da burguesia em suas próprias instituições.

Segundo a OMS, o Brasil é um dos países mais doentes do mundo, prova está no crescente desenvolvimento de endemias, epidemias e pandemias no país (dengue, cólera, AIDS são apenas exemplos), ao invés do Estado burguês aumentar seu investimento na saúde e saneamento básico, numa manobra genocida, retira seus investimentos do setor para atender a interesses econômicos dos empresários da saúde.

Em contraposição a proposta de privatização, o que devemos defender é a criação de um sistema único de saúde para todo o país, estatizado, e sob controle dos trabalhadores da Saúde e da população organizada.

A recessão destroi as fábricas têxteis, e tira o emprego de milhares

A categoria têxtil sofre duramente os efeitos da recessão econômica. Os operários da Calfat, quando retornaram das férias coletivas, encontraram a fábrica fechada e as cartas de demissões. O grupo Alpargatas fechou, em Franca, a "Calçados Terra"; em Sorocaba encerraram-se as atividades da Sorocom e, em Mogi Mirim, a Rainha fez o mesmo. Algumas empresas do mesmo grupo, em Sorocaba, Pouso Alegre e Jabotão (Pe), estão com seus dias contados.

Outras fábricas têxteis, como a Filepo, pagaram o décimo terceiro dos trabalhadores com mercadorias e estão esticando as férias coletivas. O prolongamento das férias coletivas é a prova que logo mais virão uma onda mais brutal de demissões.

Isso mostra o quadro dramático dos operários: de um lado, os empregados sendo ameaçados de fãção e, de outro lado, os milhares de demitidos, que sentem na pele o peso amargo de meses à procura de um novo trabalho.

Para combater essa violência patronal, não há outra saída senão preparar a resistência. É fundamental organizar os grupos por empresa para preparar as ocupações de fábricas.

Vamos exigir do sindicato a defesa do emprego, nenhuma redução da jornada de trabalho com redução de salário e a unificação do movimento contra o desemprego e fechamento das fábricas, juntando empregados e desempregados.

LUTA CONTRA A CONDENAÇÃO DE BONI E ROMILDO

Está para ser dada a sentença final do processo desfechado pela polícia e pelo poder público judiciário contra Manoel Boni e Romildo Raposo pelo fato de terem lutado juntos aos sem-teto da Vila Socialista contra a invasão do aparato militar. Depois de terem sido presos por 4 meses e Manoel Boni ter criminosamente perdido uma de suas mãos sob o fogo da repressão policial, a justiça patronal pretende manter a perseguição, dando o veredito condenatório. É mais uma violência contra a militância consciente de seu dever de lutar a favor do fim da miséria, em defesa da vida das massas e pelo socialismo. A T-POR chama todos os sindicatos, CUT e correntes políticas a se pronunciarem contra e fortalecerem nossa campanha contra a condenação.

· ABAIXO A REPRESSÃO POLÍTICA;

· NENHUM PROCESSO, NENHUMA CONDENAÇÃO DE BONI E ROMILDO;

· QUEM DEVE SER CONDENADO É O CAPITALISMO QUE MATA DE FOME OS ASSALARIADOS.

DEFENDER OS OCUPANTES DA JUTA

Os ocupantes da Fazenda da Juta (zona leste de São Paulo) estão novamente ameaçados. O PSB, através de Gilson Menezes, havia dito que tudo estava resolvido, quando na realidade o processo de desocupação estava em pleno vigor. Isso só contribuiu para desmobilizar o movimento.

Frente aos novos acontecimentos, os ocupantes foram à prefeitura exigir da prefeita a suspensão da desocupação. Porém, não obtiveram resposta favorável.

Não há outra alternativa senão reorganizar o movimento para resistir à desocupação. A formação de uma comissão firme, eleita pelos ocupantes, é o caminho para reestruturar a luta. Estão, também, procurando o apoio da CUT, dos sindicatos e dos movimentos populares para a construção da defesa prática da ocupação.

O fato de Erundina estar disposta a cumprir o processo judicial de despejo mostra o quanto o PT está integrado à política burguesa. Para rebater essa conduta é necessário a ampla denúncia e a organização de ações contra a prefeitura petista.

Vamos defender a ocupação e preparar a resistência contra as forças policiais.

LIT - A FARSA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Anteriormente criticamos a LIT-OL (Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional), a qual se vincula a Convergência Socialista, em sua caracterização de revolução antiburocrática no Leste Europeu. Demonstramos que os levantes de massa foram subordinados por uma das frações pró-capitalista da burocracia estalinista, que se desagregou. E que não se pode confundir a luta interburocrática e o desmoronamento da velha ordem estalinista com a revolução política, que implica a reconstrução da ditadura do proletariado e dos organismos da democracia direta das massas.

O mesmo conceito de revolução democrática é aplicado pelos morenistas (corrente de Nahuel Moreno) para os acontecimentos da década de 80 na América Latina, que culminaram com o esgotamento e fim das ditaduras militares. Afirma o Boletim Internacional para o congresso: "Podemos dizer que, a grosso modo, há dois períodos diferenciados desde 1980 até agora: o primeiro e o que abriu-se com o triunfo da revolução nicaraguense(...). O outro pólo é o Cone Sul, onde triunfaram as revoluções democráticas que derubaram as ditaduras do Peru, Argentina, Bolívia, Brasil(...)." Mas em todas as partes, as mobilizações das massas conseguem importantes vitórias: derrota das ditaduras sanguinárias e amplíssimas liberdades democráticas."

Logo se vê que os dirigentes da LIT confundem comunistas democráticas com revolução democrática. E não se trata de simples equívoco, mas um falseamento da realidade para ajustá-la à teoria revisionista da revolução democrática, que serve aos objetivos eleitoralistas do morenismo. De forma alguma as ditaduras caíram mediante revoluções.

Tomemos o caso do Brasil. Desde o governo Geisel, a ditadura militar já não conseguia responder a crise econômica, de caráter internacional. Desta forma, não mais podia manter as contradições de classe sob pura repressão. A burguesia se viu na necessidade de modificar a forma ditatorial do regime político, inclusive devido à inevitável luta interburguesa aberta pela nova fase de desagregação econômica. O imperialismo passou a agir favoravelmente à democratização.

A campanha pelas eleições diretas se deu no quadro da "abertura lenta e gradual" inaugurada por Geisel (sem dúvida aconselhada pelos EUA). E quem de fato encabeçou e determinou seu conteúdo foi a oposição burguesa, liderada pelo PMDB. O PT e a burocracia sindical apenas foram coadjuvantes. Finalmente, a transição se deu pelo Colégio Eleitoral, depois da campanha de massas das diretas morrer entre as quatro paredes do Congresso Nacional.

O general Figueiredo, juntamente com todos os órgãos de repressão (SNI, Oban, etc), transmitiu o poder sem romper com a tutela militar. Todos instrumentos de repressão foram readaptados e a anistia aos crimes da ditadura fez parte da chamada anistia política. Onde está a derrubada da ditadura pelas massas? Será que os morenistas brasileiros não vêem em que consiste a concepção da revolução democrática da LIT? Será que não vêem que se trata de uma concessão a uma forma de preservação do Estado capitalista, pela via da democratização burguesa?

Quem acompanhou o renascimento do movimento grevista em 79/80 e seu desenvolvimento, culminando com o remanejamento das cúpulas sindicais e criação da CUT, verá que o proletariado conquistou

terreno e impôs direitos democráticos, ainda hoje restritos. Porém, não realizou nenhuma revolução democrática.

No fundo, os morenistas refletem o etapismo da teoria estalinista da revolução democrático-burguesa, porém adaptada, como se se tomasse dos acontecimentos da revolução russa de fevereiro (democrática) e da de outubro (proletária). Não é por acaso que o morenismo se nega desenvolver a explicação da revolução proletária, que não permitiria fraudes como essa de que as ditaduras militares caíram por intermédio de revoluções democráticas.

Se a Convergência Socialista fosse consequente na elaboração das idéias, teria de dizer que a revolução democrática ocorrida no Brasil é o prelúdio da revolução proletária. Por que então não se colocar por explicar esta ligação, que revelaria o etapismo?

A LIT se reivindica do trotsquismo, mas nega os fundamentos da teoria da revolução permanente. Os aspectos democráticos da revolução nos países semicoloniais, como Brasil, Argentina, Bolívia, etc, são parte da revolução proletária, que por seu conteúdo histórico é liderada pela classe operária, que logrará tomar o poder do Estado, apoiada na maioria nacional oprimida. Tais aspectos são as transformações agrárias (acesso dos camponeses às terras monopolizadas pelos latifundiários), a emancipação do país frente ao imperialismo, resolução do desequilíbrio regional, fim da miséria, etc, que a burguesia nacional não pôde solucionar e não poderá sob o imperialismo. Desta forma, não se coloca nenhuma revolução democrática, pois por seu caráter capitalista teria a burguesia liderando a maioria nacional contra o imperialismo.

A falsificação dos fatos que envolveram a remoção das ditaduras militares pela via dos acordos interburgueses, que arrastaram as massas revoltadas para não transbordarem os limites institucionais do Estado, sob o rótulo de revolução democrática, resulta da não defesa da estratégia da ditadura proletária, que faz da LIT uma corrente da democracia pequeno-burguesa radical.

Recentemente, no I Congresso do PT, o democratismo da Convergência Socialista mais uma vez se revelou inconfundivelmente. Articulou um bloco de esquerda com os lambertistas (corrente de Pierre Lambert) d'O Trabalho em defesa da bandeira de substituição de Collor por um outro governo através da antecipação das eleições diretas. Talvez ache que a revolução democrática continue em vigência. Ao mesmo tempo desconheceu a luta da direita petista contra a estratégia da ditadura proletária, que foi condenada no I Congresso.

CAMPANHA CONTRA A PERSEGUIÇÃO A GUILLERMO LORA

MASSAS DA ARGENTINA FAZ A CAMPANHA:

"SOLIDARIEDADE A GUILLERMO LORA

Na qualidade de presidente emérito da Liga Argentina pelos Direitos do Homem, e vice-presidente da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos de San Fernando, República Argentina, uso minha voz e meu protesto em favor do secretário geral do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Guillermo Lora, pedindo a cessação de sua perseguição política anti-democrática, exigindo das autoridades desse país irmão as garantias correspondentes.

Expeço o presente em San Fernando, aos 14 dias de novembro de 1991.

Assina: Dr. Julio José Viaggio Advogado."

(Extraído do Jornal "Massas" argentino nr.53 de 02.12.91).

O Comitê de Enlace continua sua campanha internacional contra a perseguição política ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Guillermo Lora. Assinaram no Brasil a moção de repúdio à ameaça de nova prisão sindicatos como: Metalúrgicos de São Bernardo, Químicos de São Paulo, CUT; e Entidades estudantis como UNE, UBES e centros acadêmicos. A defesa do dirigente revolucionário é parte da luta contra toda a forma de opressão de classe e do combate pela emancipação dos trabalhadores do regime social de opressão.

A desintegração da URSS e a formação da Comunidade de Estados Independentes

No último dia 8/12, os presidentes das Repúblicas da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia assinaram um acordo pelo qual declararam o fim da URSS como "sujeito do direito internacional" e a constituição de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI), aberta à participação das outras repúblicas que constituíam a URSS. Poucos dias depois, a 21/12, oito Repúblicas já haviam aderido a essa nova "união" e extinguíram a Presidência Soviética, passando o comando das Forças Armadas soviéticas ao ex-ministro de Defesa de Gorbachov, marechal Shaposhnikov. No Natal, Gorbachov anunciava sua renúncia a um cargo que já não existia mais.

O processo de formação da CEI não se inicia na reunião do dia 8/12, mas muito antes. A crise mundial do capitalismo afetou profundamente a economia dos Estados burocratizados, que sofrem de estagnação econômica há alguns anos, produto do controle burocrático estalinista sobre a economia estatal, usurpação que bloqueou as forças produtivas ao arrancar o controle da economia das massas.

Tanto na URSS quanto nos outros países do Leste Europeu, a crise econômica foi corroendo as bases de sustentação do Estado, criando poderosas tendências desagregadoras. A casta burocrática estalinista trabalhou inicialmente pela modificação dos regimes políticos em crise dos países do Leste Europeu, que contou com sua participação ativa e levou, em geral, à formação de governos de coalizão entre a burocracia estalinista e forças nacionalistas, abertamente pró-capitalistas.

Nos últimos dois anos, a direção do Partido Comunista da URSS (PCUS) se debateu sobre a forma e o ritmo de processar uma reforma no Estado da própria URSS que acomodasse e contivesse as tendências desagregadoras, com o objetivo de evitar a desintegração do regime político. Os arquitetos desse processo foram o próprio Gorbachov, seu assistente e ideólogo da Perestroika, Iakovlev, o ex-chanceler Schevarnadze e outros ideólogos do PCUS.

Todos eles, auto-denominados "reformadores", foram forjados no auge da época estalinista, e desempenhavam funções de alta direção no PCUS: nos tempos em que a URSS era dirigida por Brejnev, considerado da "linha dura" do estalinismo, Gorbachov era seu Ministro da Agricultura e também o responsável pelos chamados planos quinquenais, que organizavam a produção; na mesma época, Schevarnadze era chefe do PC na Geórgia e sufocou diversos movimentos reivindicatórios de liberdades democráticas e melhores condições de trabalho em sua República.

O processo de reforma no Estado começou em 1990, quando o PC abdica da exclusividade de seu papel de direção do Estado e abre caminho para a formação de diversos partidos (que expressavam os diferentes graus e ritmos da disposição de reformar o país no rumo do capitalismo), realiza eleições diretas para a presidência da URSS e atribui a Gorbachov "poderes especiais" para governar o Estado acima do parlamento soviético, já que a estrutura estatal apoiada na rede burocrática estalinista começava a desabar.

Em 17/03/91 o governo realiza um plebiscito para modificar a URSS, estruturando uma "União Renovada de Repúblicas Soberanas", que é aprovado por 76,4% de votos, obtidos com o apoio decisivo da maioria burocrática, favorável à reestruturação do país através de uma "união" de repúblicas independentes. Como se vê, bem antes do golpe de agos-

to, a burocracia se movimentava no sentido de uma secessão que tinha por objetivo justamente resguardar algum tipo de união do aparato burocrático ao redor de Moscou.

Realizaram-se nesse período diversas eleições para presidente nas Repúblicas, ou plebiscitos sobre sua independência. A burocracia debatia-se sobre o ritmo e a forma de processar as reformas: diante da agitação nos países do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia) em janeiro de 91, o setor da "ala dura" do Exército intervém militarmente, à revelia das decisões de Moscou. De um lado este setor burocrático "conservador", ligado às cúpulas da KGB e do Exército, defendiam manter a união à força se necessário e utilizar-se dela para implantar as reformas pró-capitalistas com mão dura sobre as massas. De outro, o setor de Schevarnadze, Yeltsin, etc (hoje organizados partidariamente no chamado Movimento por Reformas Democráticas) pregava uma reforma "democrática" ao estilo ocidental (burguês) do Estado, para a partir dele viabilizar a implantação da chamada economia de mercado.

Como se vê, ambos tinham o objetivo de destruir as conquistas da Revolução Russa e impulsionar o retorno do capitalismo no país. O setor de Yeltsin e Schevarnadze contava com o apoio do imperialismo, que traçou um projeto no rumo da implantação do capitalismo a partir da reconstituição do Estado nos moldes burgueses. Gorbachov pretendia, através de concessões, arrastar o setor "duro" para a proposta apoiada pelo imperialismo, e manter a unidade burocrática.

O golpe de 19 de agosto foi uma aventura do setor "conservador", que diante dos sistemáticos levantes de massa (greves por todo o país, levantes nacionalistas, etc), avaliou a reforma "democrática" inviável. Pretendia colocar um Estado baseado na força militar a serviço da implantação do capitalismo (o próprio Ligachev reconheceu que seus objetivos no campo econômico eram congruentes com os de Gorbachov). Errou feio quando não percebeu o grau de desagregação burocrática e se colocou na contramão dos planos do imperialismo. Seu "golpe" nasceu morto: toda a cúpula burocrática tinha consciência disso, tanto é que chefes do partido, como Kravchuk da Ucrânia, ideólogo do PCUS, desligaram-se no mesmo dia 19 do PCUS e passaram a trabalhar pelo fracasso da junta de Ligachev. Gorbachov voltou à presidência como aquele que personificava seu plano falido de unificar a burocracia.

O setor majoritário da cúpula burocrática imediatamente se colocou fora do PCUS e sustentou as propostas de Yeltsin de supressão das liberdades políticas do PC e de concentração de poderes em suas mãos. Inicialmente apoiou o Tratado da União que havia sido proposto por Gorbachov semanas antes do golpe, mas pouco a pouco essa "União" de Gorbachov foi-se diluindo e as reuniões ao redor de um poder central esvaziaram-se.

Yeltsin percebeu a falência da tentativa de Gorbachov de manter a unidade ao redor de uma espécie de "duplo poder" e agiu rapidamente na formação da CEI, que não era um projeto oposto ao de Gorbachov, mas seu complemento. Tanto é assim que imediatamente contou com o apoio de toda a cúpula burocrática das outras repúblicas, excluindo a Geórgia e as repúblicas independentes do Báltico (Lituânia, Letônia, Estônia).



PERSPECTIVA DA PROPOSTA "DEMOCRÁTICA"

A realização de eleições diretas em grande parte das repúblicas da ex-URSS atende às pressões do imperialismo, que pretende implantar o capitalismo a partir do Estado. O capital internacional julga que implantar o capitalismo, jogando os Estados burocráticos em crise diretamente contra as massas, seria inviável, pois aguçariam as lutas sociais, que poderiam levar, ao invés da implantação do capitalismo, à derrocada da burocracia. Os EUA e seus aliados julgam que momentaneamente a melhor tática é a democratização dos moldes burgueses dos Estados, e a partir deles iniciar um processo de privatizações, abertura de mercados liberação dos preços, etc. Por isso pressionaram por eleições diretas. E conseguiram. O fracasso dessa via conduzirá a uma sanguinária ditadura, caso as massas não consigam transformar suas lutas institivas em luta pela retomada do poder do estado, o que implicará na construção do partido revolucionário.

Na Ucrânia, por exemplo, Kravchuk controlava o partido e o Estado há tempos. Não havia necessidade de realizar eleições, nem plebiscito, pois oito meses antes a população havia votado permanecer na União Soviética. A nova eleição só se justifica para satisfazer os planos imperialistas, dando ao velho estalinista Kravchuk o respaldo de votação popular, para utilizar um governo desgastado pela desagregação burocrática.

O processo se repetiu nas outras repúblicas. No Cazaquistão, chegou-se ao ponto do líder burocrata realizar uma eleição onde concorreu sozinho e ganhou com 98% dos votos. Na Geórgia, o vencedor pertencia a "ala dura" do PC, e a ala "democrata" de Yeltsin o derrubou nos primeiros dias do ano através de um golpe assegurado por milícias burocráticas, que ousaram até metralhar as massas que se manifestavam contra o golpe.

Apesar de seu discurso "democrata", tudo indica que Yeltsin e a nova organização dirigente da burocracia terão que endurecer o regime contra as massas para implantarem o capitalismo. Tendo que se transformar em abertas ditaduras contra as massas, que se levantarão contra o brutal ataque às suas condições de vida. As recentes manifestações pró-comunistas nas praças da ex-URSS indicam isso. Apesar da imprensa propagandear o "nacionalismo" e separatismo no interior da URSS, é bom não esquecer que os ucranianos há 8 meses votaram favoráveis à unidade e 2 regiões da Moldávia rebelaram-se contra o separatismo governamental e declararam-se independentes (da Moldávia) e ligadas à antiga União.

A desagregação do estalinismo e a implantação de medidas capitalistas agudizarão a luta de classes, que levará à destruição da burocracia, defesa das conquistas da Revolução Russa e restauração do poder das massas. Para isso, os trabalhadores eslavos, muçulmanos e das múltiplas nacionalidades da ex-URSS terão que construir o Partido Revolucionário, seção da IV Internacional. Esta é uma condição para desenvolver as condições para revolução política, opostamente à restauração capitalista.

AS DIFICULDADES DA BUROCRACIA

A CEI já nasce em crise, a desintegração continua

A formação da CEI não resolveu a maior parte dos problemas que estão colocados para a burocracia. Não se conseguiu um acordo sobre a unificação das Forças Armadas (a Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão pretendem manter exércitos independentes e dividir o controle do arsenal nuclear com Yeltsin). A questão militar é ponto de barganha para negociar com o imperialismo e as tendências à guerra civil ameaçam os burocratas dos países da ex-URSS, que vêem na constituição de Guardas Nacionais um modo de terem um instrumento de repressão das massas, que se levantam contra o avanço da miséria.

As tentativas de manter uma união através da submissão das repúblicas à Rússia torna-se cada vez mais difícil. As Repúblicas não querem ficar sob a batuta de um Yeltsin, que governa um Estado extremamente instável, mas dependem economicamente do país, que detém 80% da população e capacidade produtiva. A centralização ao redor de Moscou não resolverá a crise Interburocrática porque não conseguirá resolver a crise econômica, reflexo da crise mundial capitalista.

A liberação de preços numa economia que cala 10.9% na produção agrícola e 11.3% na produção industrial no ano passado, dominada pela

corrupção e pelos especuladores (mercado negro), aprofundará os choques sociais. Os aumentos de preços de 300 à 500%, realizados em janeiro, impulsionarão as massas a se rebelarem contra o governo, como já estão fazendo.

O imperialismo vacila em investir no projeto de liberalização da economia, porque o país está completamente instável. Setores da própria burocracia "reformista" já chegaram a pedir a renúncia de Yeltsin, que tem enfrentado manifestações de milhares de pessoas contra o fim da URSS, contra os aumentos de preços, contra a implantação do capitalismo, contra Yeltsin.

Os setores golpistas do PCUS não foram totalmente dissolvidos, e têm influência no interior das forças armadas. Trabalham para se constituir em alternativa ao fracasso de Yeltsin.

De qualquer forma, não será possível a implantação pacífica do capitalismo na ex-URSS. Para os contra-revolucionários (que hoje condenam abertamente a Revolução Russa) implantarem o capitalismo, será necessário criar uma ditadura sanguinária para enfrentar as massas. Estas necessitam organizar-se com independência de classe (construir o partido) para pôr abaixo a burocracia traidora e restaurar a ditadura proletária.

Aprofunda a crise mundial

Os dados recentes contidos no Relatório sobre a Economia Mundial, divulgado pela ONU, indicam que a produção mundial diminuiu 0,3% (fato que não ocorria desde 1945). Esta queda se deve à recessão nos países desenvolvidos, à bancarrota das economias do Leste Europeu e o colapso na União Soviética. Aponta, também, as perdas sofridas no Oriente Médio em razão da guerra no Golfo Pérsico. Embora na América Latina ocorresse um crescimento médio de 2,7%, foi insignificante perante a queda sofrida no ano anterior. Por exemplo, o caso do Brasil que apresentou um crescimento zero depois de ter havido uma retração de 4% em 1990.

Por outro lado, a economia japonesa (tida como inabalável) caminha em direção a recessão. O índice de Indicadores Coincidentes, que mede o desempenho de setores como produção nacional e consumo e o Índice dos Principais Indicadores Econômicos registraram 0% em outubro. Isso significa que todos os indicadores para outubro caíram em relação a três meses antes. Fato que não ocorria desde 1957.

A economia norte-americana se encontra mergulhada numa crescente recessão. A dívida interna é de quase 4 trilhões de dólares. Só em 1991 quebraram 450 bancos. A falência de empresas vem aumentando, o mais grave é o da General Motors, que prevê a demissão de 74 mil operários. Os dados demonstram que há 35 milhões de pessoas abaixo do nível de subsistência, sendo que 100 mil vivem nas ruas e 5,5 milhões de crianças se alimentam unicamente da merenda escolar.

A depressão na Europa Ocidental também se avoluma. O número de desempregados atinge 40 milhões de indivíduos. Sendo que, em países como a Espanha, o percentual é de 20% da população ativa. Na Grã Bretanha, há 10 milhões de pessoas que vivem na pobreza. Na Alemanha (após a unificação) o número de desempregados aumentou assustadoramente.

A recessão nos países imperialistas traz como consequência a miséria cada vez mais aguda nos países atrasados (semicoloniais), dado o grau de submetimento destes às economias destas metrópoles.

Vivemos a etapa de desintegração do capitalismo. A recessão da economia mundial, determinada pela crise de superprodução, não encontra outra saída senão esta de travar e destruir forças produtivas. O que assistimos é o agravamento das condições de vida das massas em geral, o desemprego, fechamento de fábricas, etc.

Superar a crise mundial, do ponto de vista da manutenção do sistema burguês, levará inevitavelmente o mundo à barbarie, pois aumentará a concentração de riqueza no pólo já concentrado e a miséria já insuportável. Esta é a lógica da crise, determinada pela aguda exploração do trabalho. A reconstrução da política internacional do proletariado é o que se impõe como estratégia de emancipação das massas do mundo inteiro.

O reflexo da crise mundial na França

Cresce vertiginosamente o desemprego na França. No final de Outubro a França contou com 2,8 milhões de desempregados, significando 9,6% da população ativa. Os dados indicam que a tendência é atingir 3 milhões de desempregados rapidamente em 92.

O desemprego que abala a França não é uma realidade diferente dos demais países que compõem o OCDE. Os dados mostram que, desde 73, ante o primeiro choque do petróleo, o desemprego aumentando, passando de 2 à 3% para 6,4% em 89 e 7,1% em 91, na Europa; no Canadá para 10% e nos EUA para 6,7%.

O mais assustador é a cifra de desempregados há mais de um ano. Nos últimos dez anos a porcentagem de pessoas a procura de emprego há mais de doze meses passou de 33% a 44% na França; de 17% a 47% na Alemanha; de 37% a 69% na Itália; de 19% a 45% na Grã Bretanha, disparando na Bélgica em 77%, onde a metade dos desempregados procura trabalho há mais de dois anos e meio.

Os mais penalizados são as mulheres e os jovens sem qualificação. Na França e Alemanha, o número de desempregados de baixa instrução é cinco vezes maior do que os de nível superior.

Também está restrito o mercado de trabalho para os jovens que lutam pelo primeiro emprego, distribuídos em 40% homens e 60% mulheres. De cada cinco jovens, um está desempregado.

É necessário criar 25 milhões de empregos na Europa, para baixar o desemprego para 5% da população ativa, existindo um consenso entre os governos imperialistas de que é impossível efetivar tal façanha em função do aprofundamento da recessão, o que manterá um elevado número de desempregados.

O aumento do desemprego e o aprofundamento da crise na França vêm provocando um profundo desgaste do governo capitalista social-democrata de Mitterrand.

A elevação do desemprego nas metrópoles imperialistas é a demonstração da ampla crise mundial, estrutural, do regime capitalista. A formação dos blocos, a proteção dos mercados e a política de recolonização das semicolônias têm se mostrado vias ineficazes de solução da crise de superprodução, à medida que, destruindo as forças produtivas, elevam o desemprego e a miséria das massas.

A crise industrial em plena evolução leva à quebra e à redução do nível produtivo. O mesmo já vem ocorrendo com a agricultura, motivo do choque intercapitalista no organismo internacional de comércio Gatt. O crescente protecionismo não só resulta da aguda concorrência internacional na situação de crise de superprodução como conduz a um maior estreitamento do mercado mundial.

Desta forma, as tentativas imperialistas de superar a crise têm-se agravado mais ainda. A destruição de parte das forças produtivas é a estratégia do imperialismo para manter em pé um regime que agoniza em função da contradição existente entre o potencial produtivo e a existência da propriedade monopolizada dos meios de produção, que a impede de evoluir.

A solução da crise depende necessariamente do proletariado, organizado em classe para por fim à propriedade privada e substituí-la pela propriedade estatal, única via capaz de libertar as forças produtivas e desenvolvê-las em grande escala.